

Jader Silveira (Org.)

Inovação, Transformação e Cultura

v.1

2024

uniatual
EDITORA

Jader Silveira (Org.)

Inovação, Transformação e Cultura

v.1
2024

uniatual
EDITORA

© 2024 – Uniatual Editora

www.uniatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Uniatual

Revisão: Respectivos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587i Inovação, Transformação e Cultura - Volume 1
/ Jader Luís da Silveira (Organizador). – Formiga (MG): Uniatual Editora, 2024. 98 p.: il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86013-68-9
DOI: 10.5281/zenodo.11170516

1. Coletânea. 2. Inovação. 3. Transformação. 4. Cultura. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 001.4
CDU: 001

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Uniatual Editora
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniatual.com.br
universidadeatual@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.uniatual.com.br/2024/05/inovacao-transformacao-e-cultura-volume.html>



AUTORES

**BIANCA VIEIRA DA SILVA
CARLA GRAVEL DA COSTA OSTA
CLEOMÁRIA DA SILVA SOUSA
FERNANDA LOPES
FRANCIELE SABCHUK
ISA DORES GERÔNIMO
JOÃO BATISTA DA SILVA SOUSA
JOÃO HENRIQUE SILVA BRITO
JOCIÁRIA DA SILVA SOUSA
MARCIÁRIA DA SILVA SOUSA
MARIA HILDENÊ BARROS DOS SANTOS
SILVÂNIA SOUSA RIBEIRO DOS SANTOS
SUELEN MATIAS FERNANDES DA SILVA
SYLVANNY AZEVEDO BRITO
TELMA LUSTOSA SILVA SANTANA
TESILDO MASCARENHAS PEREIRA**

APRESENTAÇÃO

Vivemos em uma era de mudanças rápidas e constantes, onde a capacidade de inovar e se adaptar tornou-se uma necessidade premente para as organizações que desejam prosperar em um cenário competitivo. No entanto, inovar e transformar não são tarefas simples. Requerem uma compreensão profunda das dinâmicas organizacionais, um compromisso firme com a mudança e uma cultura empresarial que incentive a experimentação e a criatividade.

Num mundo em constante mutação, onde a volatilidade e a incerteza se tornam a norma, a capacidade de adaptação e reinvenção torna-se imprescindível para a sobrevivência e o êxito de qualquer empreendimento. Neste contexto, a inovação emerge como um farol, guiando as organizações por entre as brumas do desconhecido, delineando caminhos que, embora desafiadores, prometem a realização de feitos extraordinários.

Todavia, a jornada rumo à inovação não é isenta de obstáculos. Questões culturais, arraigadas na essência das organizações, muitas vezes se revelam como barreiras intransponíveis, desafiando os líderes e colaboradores a confrontá-las com coragem e perspicácia. Nesse sentido, compreender a complexa interação entre inovação, transformação e cultura organizacional revela-se não apenas como uma necessidade, mas como uma imperativa demanda para aqueles que almejam trilhar o caminho do sucesso sustentável.

A obra aborda como a transformação organizacional pode ser concebida e executada de maneira eficaz, destacando os desafios e as oportunidades que surgem nesse processo. Espera-se que o livro seja um tributo à incessante busca pelo progresso e pela excelência.

SUMÁRIO

Capítulo 1 INCENTIVOS FISCAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: RUMO A UMA ECOECONOMIA PARA O SÉCULO XXI <i>Fernanda Lopes</i>	8
Capítulo 2 ADESÃO E INTERESSE DOS ALUNOS EM UM EVENTO DE PLANTAS APLICADAS À FARMÁCIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DA BAHIA <i>Bianca Vieira da Silva; João Henrique Silva Brito; Sylvanny Azevedo Brito; Tesildo Mascarenhas Pereira</i>	29
Capítulo 3 A IMPORTÂNCIA DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) NA PREVENÇÃO DE RISCOS DE ACIDENTES ENTRE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM <i>Suelen Matias Fernandes da Silva; Isa Dores Gerônimo; Carla Gravel da Costa Osta</i>	38
Capítulo 4 OS INDÍGENAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (RMC) NA HISTORIOGRAFIA REGIONAL ANTES DA PROFISSIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA <i>Franciele Sabchuk</i>	49
Capítulo 5 REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE EM AMBIENTES INCLUSIVOS <i>Telma Lustosa Silva Santana; Silvânia Sousa Ribeiro dos Santos; Maria Hildenê Barros dos Santos</i>	67
Capítulo 6 ESTUDOS SOBRE AEDES AEGYPTI EM SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS-MA <i>Cleomária da Silva Sousa; João Batista da Silva Sousa; Jociária da Silva Sousa; Marciária da Silva Sousa</i>	85

Capítulo 1
INCENTIVOS FISCAIS E O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: RUMO A UMA ECOECONOMIA
PARA O SÉCULO XXI
Fernanda Lopes

INCENTIVOS FISCAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: RUMO A UMA ECOECONOMIA PARA O SÉCULO XXI

Fernanda Lopes

Graduada em Química Pura e Aplicada, Pós-graduada em Ensino de Física, atua na área de Divulgação Científica e Assessoria de Projetos e Comunicação da OBA - Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica. Atua também como Diretora Comercial no American Space CCBEU Sorocaba, credenciado pela Embaixada e Consulados dos Estados Unidos, com formação em Relações Públicas e Gestão estratégica de Negócios.

RESUMO

A partir do tema da sustentabilidade e da economia para os tempos de crise ecológica, este estudo procura compreender como as políticas ambientais ajudam na criação de modelos econômicos mais sustentáveis. Para tanto, vale-se de um estudo de Revisão Bibliográfica para responder à seguinte questão: os incentivos fiscais governamentais podem ajudar no desenvolvimento de uma economia mais sustentável e na ampliação da lucratividade das empresas? Procurando responder a essa questão, o primeiro capítulo descreve o conceito de Ecoeconomia e a necessidade de se criarem novos modelos de desenvolvimento sustentável; o segundo capítulo aborda as questões econômicas da sustentabilidade, procurando por dados acerca do seu potencial de lucratividade para as empresas; e, ao final, o terceiro e último explica o que são incentivos fiscais, citando alguns dos incentivos fiscais de nível federal que contribuem para o crescimento desse pensamento sustentável no país.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Ecoeconomia. Incentivos Fiscais.

ABSTRACT

Based on the theme of sustainability and the economy for times of ecological crisis, this study seeks to understand how environmental policies help to create more sustainable economic models. To this end, a Bibliographic Review study is used to answer the following question: can government tax incentives help in the development of a more sustainable economy and in increasing companies' profitability? Seeking to answer this question, the first chapter describes the concept of Ecoeconomy and the need to create new models of sustainable development; the second chapter addresses the economic issues of sustainability, looking for data about its profitability potential for companies; and, at the end, the third and last explains what tax incentives are, citing some of the federal tax incentives that contribute to the growth of this sustainable thinking in the country.

Keywords: Sustainable development. Ecoeconomy. Tax breaks.

INTRODUÇÃO

Segundo Andrade (2003), as relações entre o campo econômico e as questões ambientais podem ser vistas a partir de dois prismas: o da escola clássica de economia e o da neoclássica. De acordo com a escola clássica, é o Estado quem deve garantir o bom funcionamento do mercado produtivo e econômico, através de ferramentas como os incentivos fiscais, as tributações ou as punições legais. A partir disso, seria responsabilidade do Estado gerir as consequências socioambientais resultantes das ações organizacionais. Os teóricos da escola neoclássica, por outro lado, acreditam que essas questões devam ser resolvidas através de negociações bilaterais entre a empresa e a sociedade, sem grande interferência estatal.

Com o crescimento das preocupações ambientais nas últimas décadas, é cada vez maior o número de estudos acerca da relação entre economia e meio ambiente. Isso porque o processo produtivo, a partir da Revolução Industrial, expandiu-se de tal modo que colocou em cheque o antigo pensamento vigente de que os recursos naturais eram infinitos. Esses estudos mostram o impacto crescente da produção e do consumo, motores da economia capitalista globalizada, no meio ambiente. Daí o surgimento de conceitos como o de Ecoeconomia, que propõem a união de princípios da ecologia com políticas públicas e econômicas, para criação de modelos mais sustentáveis (BROWN, 2003).

Sobre isso, Andrade (2003) diz que ainda que alguns economistas continuem se negando a pensar a respeito da importância da sustentabilidade, a comunidade científica e a sociedade civil já reconhecem a necessidade de que mudanças pessoais e coletivas sejam realizadas no sentido de tornar o sistema econômico, produtivo e consumidor mais sustentáveis, descobrindo novas formas de diminuir o impacto do ser humano no meio ambiente, sem com isso deixar de se desenvolver, de produzir riquezas, bens e produtos de consumo, dos quais somos cada vez mais dependentes.

O modelo desenvolvimentista tradicional não degrada apenas a natureza, mas afeta a sociedade como um todo, criando desigualdades e gerando desequilíbrios sociais de toda ordem. Por isso, ao se observar a sociedade contemporânea, percebe-se que ainda que ela manifeste volumes de riqueza e fartura nunca antes vistos, ao mesmo tempo cria em contrapartida desigualdades, miséria, degradação ambiental e poluição em um ritmo também nunca antes observado. (ARAÚJO et al., 2006).

Ainda que algumas escolas econômicas discordem da interferência estatal nos mercados produtivos, outros afirmam que para a concretização desses novos cenários econômica e ambientalmente mais sustentáveis, são necessários instrumentos e políticas públicas, como por exemplo, diferentes incentivos fiscais. Inclusive, Nascimento, Nascimento e Bellen (2013), afirmam que o Brasil não só precisa fazer essa discussão acerca dos seus instrumentos de política ambiental, como já está algumas décadas atrasado nesse assunto.

Incentivos Fiscais, segundo Kannebley Jr. e Porto (2012), são reduções ou abatimentos de alguns impostos devidos ao Estado, concedidos de acordo com uma série de objetivos econômicos, sociais ou mesmo ambientais. Esses incentivos podem ser aplicados a partir do abatimento de uma série de impostos, tais como: Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Impostos sobre Operações Financeiras (IOF), dentre outros.

Isso porque o Estado tem, segundo o artigo 170, VI, da Constituição Federativa do Brasil, o dever de defender o meio ambiente: “inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação” (EMENDA CONSTITUCIONAL n.42, de 19.12.2003, apud PEREIRA, 2017, p.1). Esse tratamento diferenciado dá-se por meio de incentivos fiscais ou de tributação sobre aquelas empresas e atividades que mais impactam o meio ambiente, de acordo com as políticas ambientais do país.

Essas políticas ambientais são formadas por um conjunto de objetivos, metas e instrumentos que visam diminuir os impactos negativos da ação do homem sobre o meio ambiente. Com um fundamento econômico, as políticas ambientais baseiam-se não somente nos custos ambientais, mas também nos custos sociais causados pelas organizações. Essas políticas ajudam a direcionar os processos de tomada de decisão das empresas, de modo a valorizar, ou mesmo exigir, a execução de boas práticas. A partir dessas políticas e de instrumentos como os incentivos fiscais, o Estado estimula a diminuição ou eliminação das agressões ambientais e sociais, favorecendo os que as cumprem, e, muitas vezes, punindo os que não as respeitem (NASCIMENTO, NASCIMENTO e BELLEN, 2013).

Diante dessas questões, e procurando compreender como as políticas ambientais ajudam na criação de modelos econômicos mais sustentáveis, esse estudo, fruto de uma Pesquisa de Revisão de Literatura, procura responder à seguinte

questão: os incentivos fiscais governamentais podem ajudar no desenvolvimento de uma economia mais sustentável e na ampliação da lucratividade das empresas?

Para tanto, o primeiro capítulo descreve o conceito de Ecoeconomia, bem como a necessidade de se criarem novos modelos de desenvolvimento sustentável. Já o segundo capítulo procura compreender as questões econômicas da sustentabilidade, procurando por dados acerca do potencial de lucratividade da aplicação de políticas sustentáveis nas empresas do século XXI. Por fim, no terceiro capítulo, procura-se compreender o que são incentivos fiscais e quais os principais incentivos fiscais de nível federal, na área ambiental, que contribuem para o crescimento desse pensamento sustentável no país.

1 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ECONOMIA

Segundo Caparelli (2010), para um desenvolvimento sustentável é preciso que não somente as variáveis econômicas sejam levadas em consideração, mas também as variáveis ambientais e sociais. Esse modelo de desenvolvimento, baseado nessas três áreas, ficou conhecido a partir do conceito de Triple Bottom Line (TBL), de Elkington, apresentado no ano de 2001. Para Elkington, um verdadeiro desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado pela conjunção indissociável desses três fatores.

Definir a sustentabilidade não é tarefa fácil. Ainda de acordo com Caparelli (2010), alguns estudos internacionais revelaram mais de cinquenta diferentes definições para ao termo. Contudo, de modo geral, o conceito de sustentabilidade engloba as três diferentes áreas do TBL, conhecido como o tripé da sustentabilidade, a partir dos estudos de, no mínimo, três grandes disciplinas: economia, ecologia e sociologia.

Na tentativa de definir melhor o termo, Caparelli (2010) coloca uma questão importante: Quando se usa o termo sustentabilidade, o que exatamente se deseja sustentar? Pelo conceito do TBL, de Elkington, a resposta seria que a sustentabilidade é o esforço de se manter, ou sustentar, o meio ambiente, sem com isso deixar de crescer economicamente e gerar ganhos sociais. Essa definição leva em consideração o todo da questão do crescimento econômico das sociedades capitalistas contemporâneas. De nada adianta crescer economicamente se com isso

degrada-se o meio ambiente, com recursos sabidamente escassos, e, principalmente, se do ponto de vista social essa riqueza não é partilhada.

Historicamente, de acordo com Araújo *et al.* (2006), as primeiras discussões acerca do desenvolvimento sustentável, ou desenvolvimento ecológico, foram trazidas pelo Clube de Roma, uma organização criada no ano de 1968, por iniciativa do empresário italiano Aurelio Peccei. Objetivando pensar a complexidade dos diversos problemas que desafiam a humanidade, essa organização procurava pensar o desenvolvimento econômico sem afastar discussão sobre a pobreza crescente em meio à riqueza das nações, a degradação do meio ambiente, a degradação das instituições, o crescimento urbano desenfreado e mal planejado, o desemprego, a inflação e outras demandas econômicas, ambientais e sociais.

As propostas do Clube de Roma visavam entender o mundo de um novo modo. Através de debates com cientistas, economistas, humanistas, pedagogos, industriais, empresários e diversos agentes da sociedade civil, empreendeu-se uma mudança de paradigma onde a antiga visão segmentada foi substituída por uma visão sistêmica, entendendo a relação estreita entre as diferentes variáveis de crescimento econômico (ARAÚJO *et al.*, 2006).

Como resultado dessas discussões, em 1972 foi publicado um documento intitulado “*The limits to growth*”, ou “Os limites do crescimento”, que defendeu a necessidade de se lutar para a conquista de um equilíbrio global a partir de limites para a exploração do meio ambiente e para o crescimento populacional. Apresentando cenários catastróficos caso essas mudanças não fossem empreendidas, esse relatório causou grande impacto na comunidade científica e na população, trazendo a baila um assunto até então pouco discutido pela sociedade (ARAÚJO *et al.*, 2006).

O conceito de desenvolvimento sustentável, segundo Ferreira (2003), surge mesmo na década seguinte ao início dos debates no Clube de Roma, quando em 1987 a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento produz, com o patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU), um relatório intitulado “*Our common future*”, ou “Nosso futuro comum”, também conhecido como “Relatório de Brundtland”. Nele, estão presentes discussões acerca dos esforços necessários para que a sociedade consiga melhorar seus índices de segurança, desenvolvimento e manutenção do meio ambiente, propondo para isso tanto mudanças institucionais quanto legais.

Constituíam objetivos desse relatório:

[...] propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante; recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países [...] e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento; considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental; ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.11).

Esses primeiros documentos e metas marcam o início do pensamento sustentável que veio se tornando cada vez mais forte, e que atualmente é uma das maiores questões da humanidade. A partir de então uma série de outros eventos mundiais, conferências, comissões e protocolos fossem realizados nesse intuito. Conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 – Linha do tempo do pensamento sustentável

1968	1972	1983
Clube de Roma	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, a primeira do gênero.	Criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
1987	1992	2002
Relatório Brundtland, na ONU, difundindo a expressão desenvolvimento sustentável.	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, Rio-92.	Rio+10 Protocolo de Kyoto

Fonte: Araújo et al. (2006)

Observando esses documentos históricos iniciais do movimento sustentável, percebe-se que a maior parte de suas metas não se cumpriu nos prazos previstos, e que, ainda hoje, no final da segunda década do século XXI, a maior parte dessas questões permanece em aberto e com a mesma necessidade de discussão, de estudo e de elaboração de medidas concretas para a sua realização efetiva.

1.1 ECOECONOMIA

Como estipula o conceito do Triple Bottom Line (TBL), para o desenvolvimento sustentável da sociedade e das organizações é preciso realizar uma fusão dos

conceitos e necessidades das áreas da economia, da ecologia e da sociologia. Por isso, no campo das ciências econômicas surgem novos conceitos como o de Ecoeconomia.

Andrade (2003), explicando a Ecoeconomia, começa com um questionamento importante: “o meio ambiente é parte da economia ou a economia é parte do meio ambiente?” (ANDRADE, 2003, p.2). É essa questão que separa, normalmente, economistas e ecólogos, uma vez que os ecólogos costumam considerar a economia como sendo apenas um subproduto do meio ambiente, enquanto os economistas tradicionais consideram que o meio ambiente é apenas um meio de recursos naturais e que em último caso a economia e o processo produtivo podem criar e alterar as capacidades materiais do mundo e da natureza.

Essa visão tradicional dos economistas de que o meio ambiente seria uma fonte inesgotável de recursos naturais, levou o mundo moderno a um desenvolvimento acentuado, com a escala produtiva mundial alcançando níveis de excelência e produtividade nunca antes visto (ANDRADE, 2003).

Esses economistas, que acreditam que o meio ambiente é que é uma parte da economia, utilizam o PIB para justificar suas crenças no crescimento e na elevação dos padrões de vida, ocorrida nos últimos séculos. De fato, nunca se observou uma produção e acúmulo de riquezas como atualmente, no entanto, se bem observado, esse crescimento não significa uma melhor distribuição de renda, ou seja, não significa que essa riqueza crie benesses sociais, e nem que o meio ambiente comporte esse nível de crescimento para sempre (ANDRADE, 2003).

Brown (2003), falando do grande crescimento econômico, e dos PIB dos países nas últimas décadas, explica que desde os anos 50 do século passado a economia global cresceu sete vezes, aumentando a produção de bens e serviços de US\$ 6 trilhões para US\$ 43 trilhões no ano de 2000. Contudo, onde economistas veem apenas crescimento, prosperidade, riqueza e desenvolvimento material e econômico, os ecólogos veem o crescimento insustentável do uso dos recursos naturais, veem a degradação do meio ambiente, a queima de combustíveis fósseis, a elevação da temperatura mundial, o degelo das calotas polares e a elevação do nível dos oceanos.

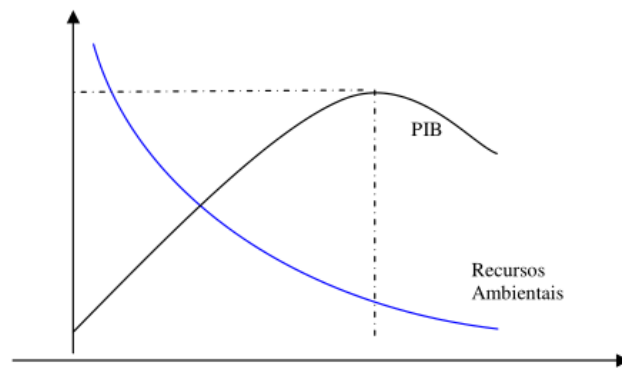
Essa visão mais ecológica tem ganhado cada vez mais força, sendo apoiada por infindáveis estudos, o que faz com que atualmente, mesmo grande parte dos economistas comecem a perceber a necessidade de se repensar esses antigos

paradigmas exploratórios e baseados na crença de um consumo infinito, como se o planeta o suportasse indefinidamente (BROWN, 2003).

Daí a necessidade de se pensar em modelos de Ecoeconomia. Quando a economia tradicional olha apenas para os indicadores econômicos, para o PIB e o grande crescimento material e tecnológicos das últimas décadas, não compreende a escassez dos recursos naturais e nem que isso, em longo prazo, significará também uma queda da própria economia, altamente dependente desses recursos (ANDRADE, 2003).

Essa queda da própria economia e do PIB dos países em relação à escassez de recursos naturais pode ser observada na Figura 2.

Figura 2 – Crescimento do PIB e uso dos Recursos Naturais



Fonte: Brown (2003)

Sem o respeito ao meio ambiente e sem a compreensão de que uma economia baseada na exploração voraz de recursos finitos está fadada ao fracasso, a economia mundial e a longevidade das empresas corre perigo. Daí a importância de se pensar a economia em termos de Ecoeconomia, procurando desenvolver modos de crescimento sustentável, passando a utilizar a sustentabilidade como uma ferramenta de lucratividade e de diferenciação no competitivo mercado da atualidade.

Para isso as sociedades e os governos têm desenvolvido inúmeros meios de favorecer a sustentabilidade e de incentivar as empresas a empreenderem de modo sustentável, visando o crescimento não só de seus lucros, mas da sociedade em que está inserida e do meio ambiente de que se vale. Esses estímulos se dão por vias de incentivos fiscais, quando essas empresas respeitam o tripé da sustentabilidade, ou por via negativa, a partir das tributações daqueles produtos, empresas ou serviços que gerem ônus sociais ou ambientais.

2 SUSTENTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE LUCRATIVIDADE

Rufino *et al.* (2014), falando especificamente da sustentabilidade e da performance dos indicadores de rentabilidade e lucratividade das empresas, diz que as organizações estão imersas em um ambiente competitivo como nunca antes visto, e em um tempo onde a sociedade passa a refletir sobre o quanto elas, o capitalismo e o consumismo, afetam o meio ambiente e a sociedade. Por isso, diante desse novo modo de pensar, e dessas novas preocupações, quando uma empresa aplica boas práticas de sustentabilidade, elas ganham em respeito e em consequente preferência dos consumidores, o que reflete nos seus índices de lucratividade.

Nesse novo cenário há uma tendência a grandes esforços mundiais em se criarem ferramentas que valorizem e estimulem esses esforços de sustentabilidade por parte das empresas. Nesse contexto, há índices internacionais tais como: o Dow Jones Sustainability Index – DJSI (lançado em 1999); e o FTSEGood criado da parceria entre a Bolsa de Londres e o Financial Times. No Brasil, a BM&FBovespa criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), em 2005, objetivando estimular as boas práticas de sustentabilidade nas organizações, a partir do conceito de Triple Bottom Line (RUFINO *et al.*, 2014).

A pesquisa de Rufino *et al.* (2014) procura compreender especificamente se: “existe relação entre sustentabilidade socioambiental e melhor performance econômico-financeira das empresas enquadradas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)” (RUFINO *et al.*, 2014, p.15). Nela, os autores realizaram uma pesquisa investigativa e comparativa dos índices ISE de alguns bancos, e constataram uma “maior estabilidade dos índices nos bancos sustentáveis, principalmente, no índice de Retorno Sobre Investimento Total” (RUFINO *et al.*, 2014, p.15).

Esse melhor retorno financeiro de empresas sustentáveis ocorre, segundo os autores da pesquisa, Rufino *et al.* (2014), por diversos motivos. Entre eles, porque geralmente empresas mais adaptadas às novas demandas socioambientais estão mais aptas a lidarem com imprevistos do mercado, em médio e longo prazo, o que, necessariamente, reflete-se em melhores desempenhos econômico-financeiros, em relação aos concorrentes do mercado que não possuem essas práticas. Estas organizações também acabam apresentando uma boa imagem no mercado, fazendo com que seus produtos e/ou serviços sejam mais bem aceitos, o que também influi

em sua lucratividade. Além disso, existem hoje algumas ferramentas fiscais de incentivo financeiro que podem lhes ajudar a lucrarem ainda mais com essas práticas.

2.1 ISE - ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

É uma tendência mundial o esforço de se investir e valorizar organizações sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental. No Brasil, essa preocupação vem sendo demonstrada pela criação do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), pela BM&FBovespa em conjunto com a FGV (Fundação Getúlio Vargas) e outras instituições tais como: a ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais, IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e outros (RUFINO *et al.*, 2014).

O ISE procura refletir sobre o retorno financeiro das ações de organizações que tenham reconhecido comprometimento com a sustentabilidade socioeconômica e que promovam boas práticas no meio empresarial. Para conseguir desenvolver um índice apurado, o Conselho Deliberativo do ISE firmou uma parceria com o Centro de Estudo em Sustentabilidade da FGV (Fundação Getúlio Vargas), que elaborou um questionário a ser respondido pelas organizações (RUFINO *et al.*, 2014).

Esse questionário, criado pela FGV para investigar o grau de sustentabilidade das empresas, segue o conceito do TBL e avalia elementos ambientais, sociais e econômicos. Contudo, além dos três indicadores do tripé da sustentabilidade, a FGV adicionou mais três novos critérios para desenvolver seu índice: critérios gerais: abrangendo a posição da organização em relação aos acordos globais e a evidenciação de balanço social; critério de avaliação dos produtos: questionando se os produtos da organização causam riscos e danos aos consumidores; e critério de governança: analisando a governança corporativa (RUFINO *et al.*, 2014).

Segundo o PORTAL TERA (2014) os principais benefícios que um elevado índice ISE pode oferecer para as empresas são: ganho de reputação; vantagem competitiva como first mover, estimulando a inovação; possibilidade de exercer influência no ambiente regulatório; acesso ao conhecimento sobre práticas, códigos e sistemas mais eficazes de gestão das questões ambientais; criação de valor compartilhado, ou seja, a geração de lucros que envolvem um propósito que

representa uma forma avançada de liderança, onde se cria um ciclo positivo de prosperidade tanto para a companhia quanto para a comunidade.

Esses índices são importantes para favorecer as empresas que possuem boas práticas socioambientais, e para estabelecer estatísticas de sustentabilidade, ajudando a nortear políticas e legislações da área, bem como ajudando na criação de políticas de incentivos fiscais na área ambiental.

3 POLÍTICAS AMBIENTAIS E FISCAIS

Segundo Campos (2016), a importância das políticas ambientais em nível governamental é explicitada já na Constituição brasileira, onde figuram dispositivos que visam regulamentar e estabelecer diretrizes para as políticas ambientais no país. No art. 23, incisos VI e VII, por exemplo, fica estabelecida a responsabilidade do Poder Público em proteger o meio ambiente, buscando combater a poluição em todas as suas formas, bem como preservar as florestas, a fauna e a flora brasileira.

Outros artigos da Constituição brasileira ainda citam de modo indireto a questão ambiental, como o art. 170 que prevê “a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação” (BRASIL, 1988, Online). Além disso, o art. 225 imputa a todos, inclusive à população, o dever de manter o equilíbrio do meio ambiente, o qual é entendido, constitucionalmente, como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida (BRASIL, 1988).

Diante desses e de outros artigos da Constituição, Campos (2016) diz que houve um grande avanço em termos ambientais quando se compara os textos constitucionais de 1967 e de 1988. Isso porque a Constituição de 1967 mencionava o termo “ecologia” apenas uma vez, em seu art. 172, enquanto a Constituição Federal de 1988 procura ampliar a gama de dispositivos estatais de regulação do meio ambiente.

Além do estabelecido na Constituição Federal, posteriormente foram criadas inúmeras leis, portarias e dispositivos legais que ajudam a garantir a preservação do meio ambiente, estimulando as empresas que praticam a sustentabilidade em todos os seus níveis, econômicos, sociais e ambientais. Como, por exemplo, a partir do uso dos incentivos fiscais.

3.1 INCENTIVOS FISCAIS

Explicando o conceito de incentivos fiscais, Bernardo *et al.* (2010) dizem que foi a partir dos anos 60 do século XX que essas práticas começaram a ser aplicadas no Brasil. Contudo, apenas a partir da década de 1980 é que se verificou a ampliação e consolidação dessas políticas que procuram estimular a participação das empresas nas demandas sociais, econômicas e ambientais.

Os incentivos fiscais são o meio pelo qual o Estado pode exercer sua função de incentivar a ordem econômica, social e ambiental através da concessão de benefícios tributários aos contribuintes que se comprometerem em concretizar determinadas ações. Desse modo, os incentivos fiscais oferecem um benefício financeiro em troca de uma contrapartida do contribuinte beneficiado (BERNARDO *et al.*, 2010).

Através dos incentivos fiscais “o Estado contemporâneo abdica de parte da sua renda em benefício do setor privado, objetivando estimular e orientar os investimentos e alocação de recursos necessários ao desenvolvimento” (MELO, 2007, p.231). Através dessa ferramenta o Estado pode potencializar os investimentos em determinada área, derrubando barreiras que impedem o avanço de questões sociais e ambientais que não são financeiramente atrativas para as iniciativas privadas.

Sabe-se que o Estado, através da edição de normas jurídicas, detém o atributo da coerção. Pode, então, dirigir os comportamentos da sociedade. Mas além do poder de impor comportamentos, através do que se chama de normas de direção, pode o Estado se utilizar da ferramenta da indução, muitas vezes mais adequada para a própria prevenção contra o cometimento de ilícitos, por nem sempre se apresentar, a direção, eficaz na busca dos seus objetivos, sendo de grande relevância as suas políticas indutoras (ELALI, 2018, p.1).

Por isso os incentivos fiscais são um dos mais hábeis instrumentos para se induzir a economia através de benefícios oferecidos em troca de determinados comportamentos apresentados pelas empresas. Assim, um incentivo fiscal é a supressão e/ou a redução do ônus com o recolhimento de tributos. Esses incentivos fiscais possuem os seguintes elementos, descritos por Elali (2018):

I) as subvenções, que constituem um benefício de natureza financeira; II) os créditos presumidos, que têm natureza complexa, ora apresentando-se como subsídio, ora como subvenção, ora como mera redução da base de cálculo dos tributos; III) os subsídios, que podem ser estímulos de natureza fiscal ou comercial, para promover

determinadas atividades econômicas por períodos transitórios; IV) as isenções tributárias, que evitam o nascimento, por lei, da própria obrigação tributária; e V) o diferimento, que representa uma isenção condicionada (ELALI, 2018, p.10).

Segundo Pires (2007), os incentivos fiscais são atualmente as ferramentas mais utilizadas pelos países em desenvolvimento para alcançarem suas metas socioambientais. No Brasil, os incentivos fiscais são atribuídos para empresas que praticam algumas ações de responsabilidade social e ambiental, a partir de atividades de caráter educacional, cultural, desportivas ou de combate à fome e à miséria.

Esses incentivos são importantes porque, segundo Campos (2016), no Brasil, assim como em outros países, muitas empresas ainda não compreendem a premência de que estratégias sustentáveis de longo prazo sejam empreendidas. Por isso os benefícios fiscais vêm para incentivar essas empresas e mostrar um retorno financeiro rápido e palpável fruto da aplicação dessas ações socioambientais.

Para aqueles que já enxergam essa possibilidade de obter lucros e vantagens competitivas com a aplicação de práticas sustentáveis, existem inúmeras fontes de recursos estatais disponíveis no Brasil, tanto para realização de projetos nas áreas ambientais, como também nas áreas culturais, esportivas, de educação, turismo e responsabilidade social. Esses incentivos fiscais são tanto da esfera federal, como também estadual e municipal. Esses incentivos fiscais dão-se a partir da redução na alíquota, na compensação e mesmo na isenção de diversos impostos (CAMPOS, 2016).

3.1.1 Intervencionismo estatal

Muitas pessoas criticam os incentivos fiscais por conta de seu caráter intervencionista, onde o Estado controla e manipula questões do mercado e da economia. De acordo com Assunção (2011) esse intervencionismo estatal é um fenômeno que cria uma relação estreita entre os sistemas econômicos e políticos, submetendo a economia e os mercados à políticas que visam o bem-estar social. Essa intervenção pode ser direta ou indireta, sendo que os incentivos fiscais são do tipo indireto.

Pelo método indireto de intervenção estatal na economia, o Estado cria políticas que privilegiam determinadas atividades em detrimento de outras, orientando os agentes econômicos a adotarem ações de acordo com os interesses do Estado e da

população em geral, e não apenas aos interesses econômicos da própria organização. Para isso, é preciso que o Estado ofereça vantagens econômicas e competitivas para essas empresas (ASSUNÇÃO, 2011).

[...] o incentivo ao comportamento sugerido tende a ser bastante atrativo, na medida em que gera posições de vantagem no mercado para os agentes econômicos alcançados pelo comando normativo, o qual pode prever diferentes espécies e níveis de estímulos. É no campo da intervenção por indução que o Estado pode se valer da política fiscal para alcançar finalidades específicas, com a concessão de incentivos fiscais setoriais ou regionais, utilizando a maior ou menor incidência de carga tributária como mecanismo redutor de custos e estimulador de atividades econômicas (ASSUNÇÃO, 2011, p.11).

Esse modelo de intervenção estatal na economia está amparado pela Constituição de 1988 que prevê, em seu art. 170, a ação do Estado sobre o domínio econômico para que a ordem econômica leve a valorização do trabalho humano e assegure uma existência digna a todos, conforme prevista pela justiça social. Nesse sentido, a Constituição brasileira afirma a necessidade de se criarem diretrizes, programas e leis específicas em um plano de ação normativo para garantir a redução das desigualdades regionais e sociais (BRASIL, 1988, Art.170, inciso VII).

Contudo, ainda que esse intervencionismo manifesto pelo uso de diversas ferramentas de controle estatal, como os incentivos fiscais, possa ser questionado por alguns, ele é uma prática constitucional e necessária para que os direitos constitucionais e o papel do Estado na manutenção da economia, da sociedade e do meio ambiente sejam garantidos.

3.2 INCENTIVOS FISCAIS AMBIENTAIS DE NÍVEL FEDERAL

A Constituição determina, em seu art.145, inciso I, a competência de cada ente da federação em relação aos diversos impostos existentes. Cabe à União controlar os seguintes impostos:

a) II – imposto sobre importação de produtos estrangeiros; b) IE – exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados; c) IR – imposto de Renda e proventos de qualquer natureza; d) IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados; e) IOF – operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; ITR – propriedade territorial rural; e por fim, IGF – grandes fortunas, por lei complementar (CAMPOS, 2016, p.23).

Em relação à intervenção do Estado sobre os dois primeiros impostos federais citados acima, Imposto sobre Importação (II) e Imposto sobre Exportação (IE), segundo Campos (2016), eles são utilizados para regular o comércio internacional, e eventualmente servem também como instrumentos extrafiscais, com variação de alíquota, para cima ou para baixo, de acordo com processos de produção que atendam ou não às normas ambientalmente sustentáveis definidas. Assim, além de controlar a balança comercial entre os países, esses impostos são utilizados para incentivar a produção sustentável no país.

Outros dois desses impostos federais que oferecem subsídios fiscais são o IR e o ITR. O Imposto de Renda (IR), a partir da Lei nº 5.106/66, também estabelece a possibilidade de concessão de incentivos fiscais a partir de atitudes ambientais. Essa lei estabelece descontos no IR às pessoas que realizarem florestamento ou reflorestamento no país. Já o Imposto Territorial Rural (ITR), com estabelecido pela Lei nº 9.393/1996, permite que o consumidor não o pague sobre áreas ambientalmente preservadas (CAMPOS, 2016).

O Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) também passou a oferecer incentivo fiscal a partir do Decreto n.º 755/1993 que estabeleceu alíquotas diferenciadas em relação ao IPI de veículos movidos a gasolina e a álcool. Inicialmente o objetivo não era controlar a poluição, mas estimular a produção de álcool visando à redução da importação de petróleo. Contudo, após constatar-se a diminuição nos níveis de poluição atmosférica nos grandes centros urbanos, esse incentivo fiscal passou a figurar como um subsídio ecológico (BRANDÃO, 2013).

Um pouco mais recente, em 2008 a Lei n.º 11.828/2008, dispôs sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras. Para isso, a lei suspende a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS no caso de doações recebidas pelas instituições financeiras públicas, quando aplicadas nas ações de preservação ambiental descritas na lei.

Além desses incentivos federais, e outros de nível estadual e municipal, já existentes, há outros propostos e que tramitam nas mais diferentes instâncias jurídicas e legislativas, como é o caso do Projeto de Lei do Senado (PLS 252/2014), aprovado em 2018, e que atualmente tramita na Câmara dos Deputados. Esse projeto estabelece incentivos fiscais para imóveis construídos com medidas para a redução

do consumo de água e para maior eficiência energética. Determinando que a utilização de práticas sustentáveis de construção seja incluída como diretriz da política urbana prevista no Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001) (PORTAL SENADO NOTÍCIAS, 2018).

Outro dos incentivos fiscais ambientais que tramitam no congresso é o Projeto de Lei (PL 4611/2012), aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados em 2014 e que propõe reduzir alíquotas de dois tributos (PIS/Pasep e Cofins) para as empresas que diminuam a emissão de gases de efeito estufa em seus processos de produção. Segundo o texto aprovado na Comissão, o desconto começará em 20%, podendo chegar até a isenção total de PIS/Pasep e Cofins, dependendo do quanto a empresa diminua a emissão de gases de efeito estufa. O tempo do benefício poderá ser de 2 a 10 anos, também de acordo com o nível de redução das emissões (PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Esses incentivos fiscais voltados para a área ambiental são exemplos de como o Estado, procurando cumprir com o seu papel constitucional de protetor do meio ambiente, e promovedor de igualdade social, pode usufruir de uma série de medidas legais, fiscais e políticas, para garantir que os ideais da sustentabilidade, propostos já há algumas décadas, avancem no país, colocando-o na dianteira de uma tendência mundial que é a preservação do meio ambiente para as futuras gerações.

CONCLUSÃO

Já há algumas décadas que as sociedades contemporâneas vêm compreendendo que os antigos modelos econômicos, produtivos, consumidores e de desenvolvimento, baseados na exploração voraz e irrefletida do meio ambiente, não funcionam mais, e que, a médio e longo prazo, não serão mais comportados pela natureza com seus recursos finitos.

Se desde o início da civilização a humanidade sempre enxergou os recursos naturais como sendo uma fonte infinita, a partir dos anos 1960 esse paradigma começou a ruir, e a ciência começou a demonstrar o grau de interferência do homem no processo de degradação do meio ambiente. Um processo difícil de ser contido e que pode levar a contextos caóticos, do ponto de vista social e ambiental, nas próximas décadas.

Contudo, o sistema econômico e os mercados capitalistas resistem em abrir mão dos antigos paradigmas baseados na exploração irrestrita, porque ainda acreditam que o cuidado com o meio ambiente é um ônus que impede o crescimento e diminui os lucros. O que não se verifica na prática. Conceitos como o da Ecoeconomia surgem para tentar rever essas visões distorcidas e desenvolver novos modelos econômicos que continuem visando o crescimento, mas a partir de um crescimento pautado na sustentabilidade dos três pilares: econômico, social e ambiental.

Com essa visão, o que se espera não é refrear o desenvolvimento da sociedade contemporânea altamente industrializada e consumista, mas justamente criar alternativas para possibilitar um crescimento futuro mesmo diante da constatada finitude dos recursos naturais.

Para quebrar essas barreiras do mercado e mostrar a importância do desenvolvimento sustentável e da preservação do meio ambiente no processo produtivo, é essencial que o Estado interfira, cumprindo o seu papel de protetor da sociedade e da natureza que a sustenta. Para isso existem inúmeras ferramentas, como tributações, isenções e incentivos fiscais que mostram no curto prazo a possibilidade de que práticas sustentáveis tragam um retorno financeiro às empresas que as pratiquem.

Os incentivos fiscais são de diversos tipos, e atendem as mais variadas necessidades econômicas e políticas, mas no caso dos incentivos fiscais da área ambiental, que recaem sobre diversos impostos, tanto a nível federal, como estadual e municipal, eles se configuram como uma forma de fazer da sustentabilidade uma ferramenta de lucratividade e de diferencial competitivo, instigando as empresas a buscarem-no de boa vontade. Sendo cada vez mais usados por diversos países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

Mas não é somente através dos incentivos fiscais que as empresas sustentáveis lucram. Em uma sociedade que compreende cada vez mais o seu impacto negativo no meio ambiente, e os riscos que isso gera, as pessoas tendem a valorizar mais aquelas organizações que se mostrem engajadas, sustentáveis e socialmente responsáveis. Aumentando ainda mais sua competitividade e diferencial no mercado pela identificação com o público e com a visão sustentável que a sociedade contemporânea vem adquirindo.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Matheus Carneiro. Incentivos fiscais em tempos de crise: impactos econômicos e reflexos financeiros. **Revista de PGFM**, 2011. Disponível em:< <http://www.sinprofaz.org.br/artigos/incentivos-fiscais-em-tempos-de-crise-impactos-economicos-e-reflexos-financeiros/> >. Acesso em 12/12/2023.

ARAÚJO, Geraldino Carneiro de; ET AL. Sustentabilidade empresarial: conceito e indicadores. **III CONVIBRA**, 24 a 26 de novembro de 2006. Disponível em:< http://www.convibra.com.br/2006/artigos/61_pdf.pdf >. Acesso em 21/12/2023.

ANDRADE, G. A. R. de. **Ecoeconomia - Criação de um Modelo de Economia Ambientalmente Sustentável**. III SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2003. Disponível em:< https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/251_artigo%20econeconomia.pdf >. Acesso em 15/01/2024.

BERNARDO *et al.* Políticas de Incentivos Fiscais Federais: um “Jeitinho Brasileiro” de Estimular as Práticas de Responsabilidade Social? **XXXIV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, de 25-29 de Setembro de 2010**. Disponível em:< <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/apb2861.pdf>>. Acesso em 16/01/2024.

BRANDÃO, Renata Figueirêdo. **Incentivo fiscal ambiental: parâmetros e limites para sua instituição à luz da constituição federal de 1988**. Tese de doutorado em Direito apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2013. Disponível em:< <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-12022014-150245/pt-br.php> >. Acesso em 27/01/2024.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 26/06/2019.

BROWN, L. R. **Eco-Economia: Construindo uma Economia para a Terra**. Editora UMA. Salvador: 2003.

CAMPOS, Luana Rissini. **Sustentabilidade: a (in)definição do conceito legal e os incentivos fiscais-ambientais**. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Univates. 2016. Disponível em:< <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1644/1/2016LuanaRissiniCampos.2017> >. Acesso em 15/12/2023.

CAPARELLI, Carlos Eduardo. Sustentabilidade e retorno ao acionista: um estudo sobre o índice de sustentabilidade empresarial. **XIII SemeAd**, Seminário em Administração. 2010. Disponível em:< <http://sistema.semead.com.br/13semead/resultado/trabalhosPDF/143.pdf> >. Acesso em 12/02/2024.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DIAS, E. A.. **Índice de Sustentabilidade Empresarial e retorno ao acionista: Um estudo de evento**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração de Empresa da Universidade Presbiteriana Mackenzie para a obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UPM_e4c662dd7c1cb8522e4c66171d52a69e>. Acesso em 18/01/2024.

ELALI, André. **Incentivos fiscais, neutralidade da tributação e desenvolvimento econômico: a questão da redução das desigualdades regionais e sociais**. 2018. Disponível em: <<http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/070807.pdf>>. Acesso em 28/12/2023.

FERREIRA, Luiz Alberto. **Formação técnica para o ecodesenvolvimento: uma avaliação do ensino técnico agrícola em Santa Catarina no período 1992-2002**. Tese de Doutorado em Ciências Humanas, Sociedade e Meio Ambiente, apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/ SC, 2003. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdespesquisa/thesis/view/284>>. Acesso em 28/12/2023.

GODOY, Márcio; RUFFO, Karina; SEADI Kátia. **O que toda empresa precisa saber para utilizar incentivos fiscais: 103 dicas**. São Paulo: DCL: Difusão Cultural do Livro, 2009.

KANNEBLEY JR, Sergio; PORTO, Geciane. **Incentivos Fiscais à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Brasil: Uma avaliação das políticas recentes**. 2012. Disponível em: <<https://www.innovationpolicyplatform.org/system/files/Incentivos%20Fiscais.pdf>>. Acesso em 18/01/2024.

LYRA, M. G.; GOMES, R. C.; JACOVINE, L. A. G. O Papel dos Stakeholders na Sustentabilidade da Empresa: Contribuições para Construção de um Modelo de Análise. **Revista RAC**, Curitiba, v.13, Edição Especial, art.3, p.39-52, Junho 2009. Disponível: < <http://www.scielo.br/pdf/rac/v13nspe/a04v13nspe> >. Acesso em 20/01/2024.

MELO, J. E. S. Incentivos Fiscais de ICMS: aspectos críticos. 2007. In: Martins, I. G. S., Elali, A. & Peixoto, M. M. (Coord.). **Incentivos Fiscais: questões pontuais nas esferas federal, estadual e municipal**. São Paulo: MP.

NASCIMENTO, Vanessa Marcela; NASCIMENTO, Marcelo; BELLEN, Hans Michael Van. Instrumentos de políticas públicas e seus impactos para a sustentabilidade. **Gestão & Regionalidade**, v.29. n.86, mai/ago de 2013. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/1151/1418>. Acesso em 20/01/2024.

PEREIRA, Luiz Fernando. **Tributação Ambiental e Incentivos Fiscais**. 2017. Disponível em: <<https://drluizfernandopereira.jusbrasil.com.br/artigos/341333697/tributacao-ambiental-e-incentivos-fiscais>>. Acesso em 20/01/2024.

PIRES, A. R. Ligeiras reflexões sobre a questão dos incentivos fiscais no Brasil. 2007. In: In: Martins, I. G. S., Elali, A. & Peixoto, M. M. (Coord.). **Incentivos Fiscais: questões pontuais nas esferas federal, estadual e municipal**. São Paulo: MP.

PORTAL TERA. **Você conhece o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial?**. [Online] 2014. Disponível em:< <https://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/voce-conhece-o-ise-indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise>>. Acesso em 13/01/2024.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão aprova incentivo fiscal para produtos sustentáveis**. 2014. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/466799-COMISSAO-APROVA-INCENTIVO-FISCAL-PARA-PRODUTOS-SUSTENTAVEIS.html>>. Acesso em 16/01/2024.

PORTAL SENADO NOTÍCIAS. **Senado aprova incentivo a construções ambientalmente sustentáveis** [Online] 2018. Disponível em:< <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/20/senado-aprova-incentivo-a-construcoes-ambientalmente-sustentaveis>>. Acesso em 17/01/2024.

RUFINO, Maria Audenôra; et al. Sustentabilidade e performance dos indicadores de Rentabilidade e lucratividade: um estudo comparativo entre os bancos integrantes e não integrantes do ISE da BM&FBOVESPA. **Revista Ambiente Contábil**, UFRN, v.6. n.1, p.1, jan./jun. 2014. Disponível em:< <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4283>>. Acesso em 06/01/2024.

Capítulo 2
ADESÃO E INTERESSE DOS ALUNOS EM UM
EVENTO DE PLANTAS APLICADAS À FARMÁCIA
EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DA BAHIA

Bianca Vieira da Silva
João Henrique Silva Brito
Sylvanny Azevedo Brito
Tesildo Mascarenhas Pereira

ADESÃO E INTERESSE DOS ALUNOS EM UM EVENTO DE PLANTAS APLICADAS À FARMÁCIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DA BAHIA

Bianca Vieira da Silva

*Discente de Farmácia, Departamento de Saúde – UEFS,
biavieira.uefs@gmail.com*

João Henrique Silva Brito

*Discente de Farmácia, Departamento de Saúde – UEFS,
joaospfc51@gmail.com*

Sylvanny Azevedo Brito

*Discente de Farmácia, Departamento de Saúde – UEFS,
sylvannyazevedo@gmail.com*

Tesildo Mascarenhas Pereira

*Discente de Farmácia, Departamento de Saúde – UEFS,
teomascarenhas@gmail.com*

RESUMO

O Evento de Plantas Aplicadas ao Curso de Farmácia da UEFS ocorrido em março de 2024 proporcionou uma oportunidade única para os alunos aprofundarem seus conhecimentos sobre plantas medicinais e produtos naturais. Organizado pelo Diretório Acadêmico de Farmácia (DAFAR), o evento contou com palestras de renomados professores e especialistas, abordando temas como legislação, pesquisa, fitoterapia e atuação do farmacêutico na pesquisa botânica. A iniciativa visava não só enriquecer a formação dos alunos de Farmácia, mas também despertar o interesse de estudantes de outros cursos da universidade. A adesão ao evento foi significativa, com uma taxa de participação de 74,5%, principalmente de alunos do curso de Farmácia. A promoção do evento pelo DAFAR demonstrou seu compromisso com a formação dos alunos e contribuiu para fortalecer sua representatividade e visibilidade na comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Plantas medicinais. Aperfeiçoamento. Fitoterapia.

ABSTRACT

The Plant Event Applied to the Pharmacy Course at UEFS, held on March 21 and 22, 2024, provided a unique opportunity for students in the field to deepen their knowledge of medicinal plants, natural products, and related topics. Organized by the Academic Directory of Pharmacy (DAFAR), the event featured renowned professors and specialists, offering a certificate with a maximum workload of 8 hours. This multidisciplinary event aimed to provide Pharmacy students with an opportunity for in-depth exploration of relevant topics while also attracting interest from students in other courses at the University, as plants can be studied and utilized by various professionals. The lectures covered four distinct yet interrelated themes, including the Use of Medicinal Plants and Regulation of Natural Product-Based Products, Research in Natural Products, Phytotherapy Applied to Pharmacy, and the Role of the Pharmacist in Botanical Research. The organization of the event by the Academic Directory demonstrated its commitment to student education and the promotion of the field of medicinal plants and natural products. Through this organization, DAFAR aimed to increase its representation among students and visibility within the academic community.

Keywords: Medicinal plants. Enhancement. Phytotherapy.

1. INTRODUÇÃO

O Evento de Plantas Aplicadas ao Curso de Farmácia da UEFS, realizado nos dias 21 e 22 de março de 2024, representou uma oportunidade ímpar para os alunos da área aprofundarem seus conhecimentos sobre plantas medicinais, produtos naturais e afins. O evento, organizado pelo Diretório Acadêmico de Farmácia (DAFAR), contou com a participação de renomados professores e especialistas, além de oferecer certificado com carga horária máxima de 8 horas. Tal evento se mostra multidisciplinar e de importância multifacetada, tendo em vista que, embora apresente como objetivo principal proporcionar aos discentes de Farmácia uma oportunidade de aprofundamento em temas relevantes à sua formação, também despertou o interesse de alunos de outros cursos da Universidade, visto que as plantas podem ser estudadas e trabalhadas por diversos profissionais distintos.

As palestras realizadas nestes dois dias de evento apresentaram 4 temas distintos, mas que se interrelacionam, de modo a se complementarem. Dentre elas, a de tema Utilização das Plantas Medicinais e Regulação de Produtos à Base de Produtos Naturais, abordou a legislação vigente para o desenvolvimento, produção e comercialização de fitoterápicos, fornecendo aos alunos um conhecimento essencial para sua futura atuação profissional. No que tange a Pesquisa em Produtos Naturais, houve uma apresentação das perspectivas e avanços na área de pesquisa em

produtos naturais, bem como a apresentação de um laboratório de produtos naturais, pertencente à instituição, despertando o interesse dos alunos para essa área promissora. A Fitoterapia aplicada à Farmácia abordou as diferentes aplicações da fitoterapia na prática farmacêutica, munindo os alunos de ferramentas para a abordagem quanto ao uso correto e seguro dos medicamentos e sua importância, bem como os efeitos adversos que podem surgir a partir do seu uso inadequado, além de conceitos básicos de fitoterapia, como por exemplo: Droga vegetal, planta medicinal, fitofármaco, fitoterápico e a diferença, de acordo com a RDC 26 do ano de 2014, entre produto tradicional fitoterápico, planta medicinal e derivado vegetal. Por fim, palestra acerca da Atuação do Farmacêutico na Pesquisa Botânica abordou a experiência na pesquisa botânica, inspirando os alunos a buscar oportunidades de pesquisa e desenvolvimento na área.

Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é exibir a organização do evento pelo Diretório Acadêmico, que demonstrou o compromisso da entidade para com a formação dos alunos e a promoção da área de plantas medicinais e produtos naturais. Através desta organização, o DAFAR visava obter como resultado o aumento da sua representatividade junto aos alunos e o aumento da sua visibilidade na comunidade acadêmica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A comunicação é a base das relações, por meio dela se dá transmissão do conhecimento e troca de informações. No meio científico, a comunicação se estabelece por meio de eventos científicos, os quais proporcionam a produção, transmissão ou aplicação do conhecimento científico.

Os eventos científicos são uma das formas de comunicação científica mais difundidas no meio acadêmico, que caracterizam a ciência como atividade marcadamente social, com a função de facilitar a difusão das informações por meio de apresentações e discussões. (Spiess; Mattedi, 2020)

3. METODOLOGIA

O evento possibilitou aos alunos o contato direto com professores e especialistas renomados na área de plantas medicinais e produtos naturais,

permitindo que os alunos pudessem interagir com os palestrantes durante a sessão de perguntas e respostas, esclarecendo dúvidas e aprofundando seus conhecimentos; os palestrantes compartilharam suas experiências e vivências, além de oferecerem dicas sobre oportunidades de carreira na área de pesquisa, desenvolvimento e produção de fitoterápicos. Proporcionou aos alunos, com diferentes níveis de conhecimento e interesse em fitoterapia, a oportunidade de conhecer outros profissionais da área, expandindo sua rede de contatos e abrindo portas para futuras colaborações; promoveu a integração entre os discentes do curso de Farmácia, criando um ambiente de aprendizado colaborativo e interativo, através da troca de experiências e conhecimentos, e os alunos puderam compartilhar seus interesses em plantas medicinais e produtos naturais para todos ali presentes.

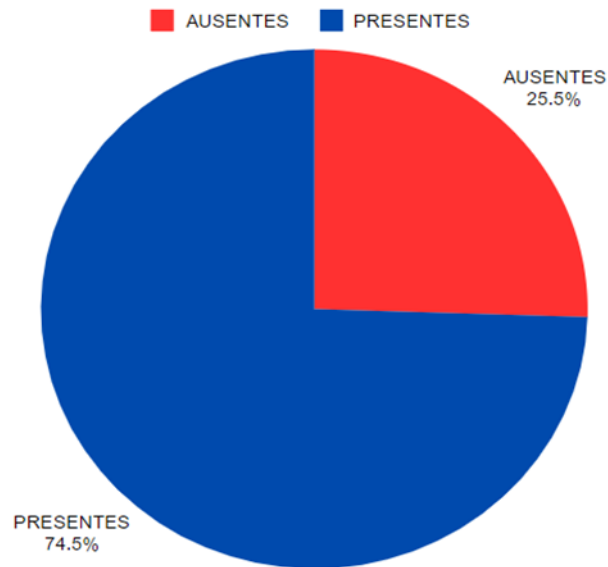
O ambiente informal do evento proporcionou aos alunos a oportunidade de se conhecerem melhor e desenvolverem novas amizades, bem como fortalecer o sentimento de pertencimento à comunidade farmacêutica ao visar contribuir para a formação de uma comunidade farmacêutica mais unida e engajada na área de plantas medicinais e produtos naturais. O evento contribuiu para a divulgação da importância das plantas medicinais para a saúde e o bem-estar da população, conscientizando os alunos sobre: As diversas propriedades terapêuticas das plantas medicinais, evidenciando seu potencial para o tratamento de diferentes doenças e condições de saúde; A importância da utilização racional das plantas medicinais: Os palestrantes destacaram a importância da utilização racional das plantas medicinais, com base em critérios científicos e acompanhamento profissional; O papel do farmacêutico na promoção da fitoterapia ao reforçar o papel do farmacêutico como profissional capacitado para orientar a população sobre o uso seguro e eficaz das plantas medicinais.

3.1. Adesão ao evento

Para avaliar a adesão ao evento, foi realizada uma pesquisa comparativa entre os inscritos e os participantes, além de um levantamento do interesse dos participantes. Foram coletados dados sobre o número total de inscritos no evento, incluindo informações sobre sexo, curso e ano de graduação e realizou-se um registro do número de participantes em cada dia do evento, além da coleta de dados sobre o perfil dos participantes, considerando o curso e o semestre que está cursando.

2.2. Análise dos dados

Realizou-se um cálculo da taxa de adesão ao evento, dividindo o número de participantes pelo número de inscritos e multiplicando por 100. Assim, dos 51 inscritos no evento 38 compareceram, totalizando 74,5%.



Fonte: Autoria própria, 2024.

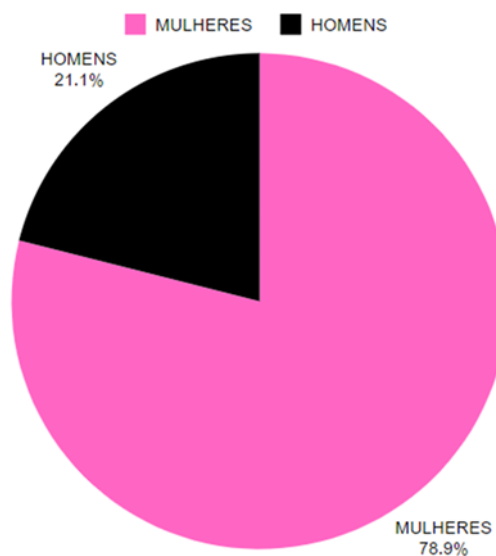
Houve também um questionamento aos participantes inscritos acerca do curso que realizavam na instituição Universidade Estadual de Feira de Santana, local do evento. Os resultados obtidos mostraram que majoritariamente dos presentes no evento eram do curso de farmácia, totalizando quase aproximadamente 88,2%.

Inovação, Transformação e Cultura



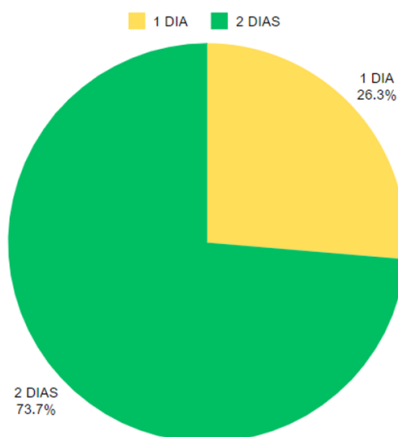
Fonte: Autoria própria, 2024.

Dentro do número de estudantes inscritos no evento houve uma predominância de participantes do sexo feminino, sendo que dos 38 que realmente foram ao evento, 30 eram do sexo feminino e 8 do sexo masculino. Um contraste de 78,9% contra 21,1%.



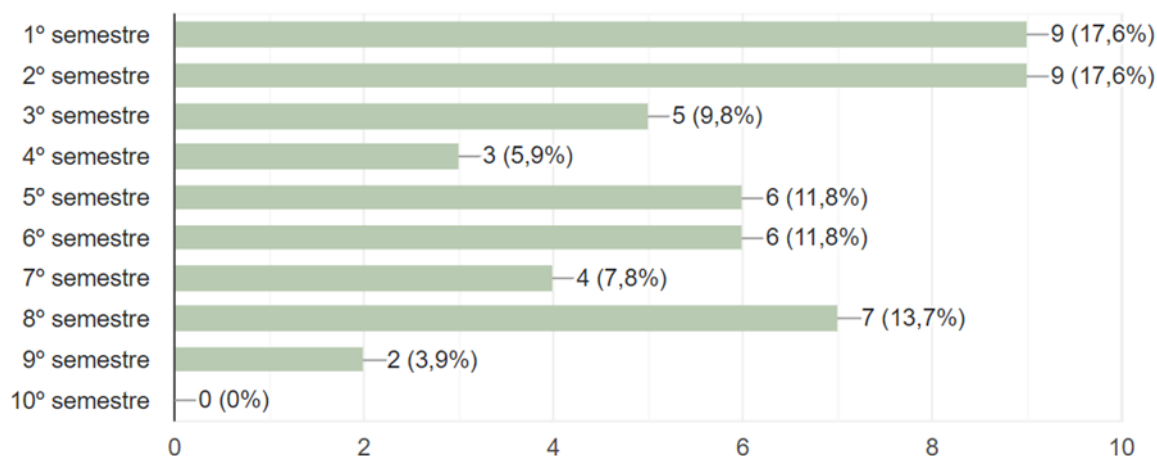
Fonte: Autoria própria, 2024.

Em relação ao semestre em curso dos 51 inscritos no evento, a grande parte estava cursando ou o primeiro ou o segundo semestre dos seus respectivos cursos.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Outro importante fator a ser recordado é que o evento realizado durou 2 dias, sendo 21 e 22 de março do ano de 2024, dos 38 inscritos e que compareceram ao evento, 28 deles foram nos 2 dias, enquanto 10 foram apenas em 1 dia.



Fonte: Autoria própria, 2024.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção de eventos relacionados a área de plantas atreladas ao curso de Farmácia, sobretudo quando promovido pelo diretório acadêmico para os discentes, permite que esta área esteja em evidência, tanto no espaço físico da instituição quanto

nas redes sociais, desmistificando a idéia de que o farmacêutico não possui relação direta com as plantas em sua atuação profissional. Não obstante, foi possível evidenciar que o interesse e a adesão dos discentes não estava relacionado apenas à aplicação das plantas ao curso de Farmácia, mas também na oportunidade de ouvir os profissionais capacitados e de grande destaque em seu campo de trabalho, visto que esta oportunidade, sobretudo em um evento gratuito, é bem escassa. Por fim, a promoção deste evento permitiu que o DAFAR se destacasse como entidade perante o corpo docente e discente da Universidade e que seus membros fossem percebidos como futuros colegas de profissão pelos palestrantes, ao mesmo tempo em que contribuíam significativamente na formação dos estudantes.

5. REFERÊNCIAS

SPIESS, Maiko Rafael; MATTEDI, Marcos Antônio. Eventos científicos: da Pirâmide Reputacional aos círculos persuasivos. **Revista Sociedade e Estado**, Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina, v. Volume 35, p. 441-472, 12 ago. 2020. DOI 10.1590/s0102-6992-202035020004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/pjbPBjXpb7FD6NKXGtxvrYQ/?lang=pt&format=pdf..> Acesso em: 14 abr. 2024.

Capítulo 3
A IMPORTÂNCIA DOS EQUIPAMENTOS DE
PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) NA PREVENÇÃO DE
RISCOS DE ACIDENTES ENTRE PROFISSIONAIS DE
ENFERMAGEM

Suelen Matias Fernandes da Silva

Isa Dores Gerônimo

Carla Gravel da Costa Osta

A IMPORTÂNCIA DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) NA PREVENÇÃO DE RISCOS DE ACIDENTES ENTRE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

Suelen Matias Fernandes da Silva

Graduanda em bacharelado em enfermagem – Faculdade Pitágoras UNOPAR, campus Muriaé-MG, matiassuelen1@gmail.com

Isa Dores Gerônimo

Professora da Faculdade Pitágoras UNOPAR, campus Muriaé-MG, idorisgeronimo25@gmail.com

Carla Gravel da Costa Osta

Professora da Faculdade Pitágoras UNOPAR, campus Muriaé-MG, carla-gravel@hotmail.com

RESUMO

Os profissionais de enfermagem desempenham um papel crucial na prestação de cuidados de saúde, enfrentando diariamente os desafios e riscos inerentes aos ambientes hospitalares. Dentro desse contexto, a relevância dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para a prevenção de acidentes é incontestável. Tais equipamentos, como luvas, máscaras, aventais e óculos de proteção, representam barreiras essenciais contra os perigos presentes nos hospitais. Além de salvaguardar os profissionais de enfermagem contra exposições a agentes infecciosos, produtos químicos e lesões físicas, os EPIs contribuem para a segurança global da equipe de saúde e dos pacientes. Ao empregar os EPIs de forma adequada, os profissionais de enfermagem reduzem os riscos de acidentes e lesões, assegurando não apenas a sua própria segurança, mas também a continuidade dos cuidados de saúde prestados. Portanto, o investimento na disponibilidade, qualidade e educação sobre o uso dos EPIs é crucial para promover um ambiente de trabalho seguro e proteger a saúde e bem-estar dos profissionais de enfermagem, verdadeiros heróis na linha de frente da assistência médica. Nesse sentido, esta revisão da literatura teve como objetivo evidenciar a importância do uso apropriado dos EPIs na redução do risco de acidentes entre os profissionais de enfermagem, abordando as consequências negativas associadas à falta de utilização ou ao uso inadequado desses equipamentos.

Palavras-chave: Acidentes; Prevenção de acidentes; Profissionais de saúde; Segurança ocupacional.

ABSTRACT

Nursing professionals play a crucial role in the provision of health care, facing the challenges and risks inherent in hospital environments on a daily basis. Within this context, the importance of Personal Protective Equipment (PPE) in preventing accidents is undeniable. Such equipment as gloves, masks, aprons and goggles represent essential barriers against the dangers present in hospitals. As well as safeguarding nursing staff from exposure to infectious agents, chemicals and physical injuries, PPE contributes to the overall safety of healthcare staff and patients. By using PPE properly, nursing professionals reduce the risk of accidents and injuries, ensuring not only their own safety, but also the continuity of the healthcare provided. Therefore, investment in the availability, quality and education on the use of PPE is crucial to promoting a safe working environment and protecting the health and well-being of nursing professionals, who are true heroes on the front line of healthcare. In this sense, this literature review aims to highlight the importance of the appropriate use of PPE in reducing the risk of accidents among nursing professionals, addressing the negative consequences associated with the lack of use or inappropriate use of this equipment.

Keywords: Accidents; Accident prevention; Health professionals; Occupational safety.

INTRODUÇÃO

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) representam dispositivos essenciais utilizados por profissionais e trabalhadores para salvaguardar sua saúde contra potenciais riscos. A ausência ou uso inadequado desses dispositivos pode acarretar consequências adversas, desde agravos temporários até danos permanentes, e em casos extremos, até mesmo perdas de vidas (Sousa et al., 2018).

Os profissionais de enfermagem, como parte integrante das equipes de saúde, estão constantemente expostos a situações de risco, seja pelo manuseio de materiais biológicos, objetos perfurocortantes ou exposição a microrganismos patogênicos. Dentre os EPIs essenciais para esses profissionais, destacam-se máscaras cirúrgicas, respiradores PPF2/N95, luvas, gorros, aventais/capotes e óculos/protetores faciais (Carvalho et al., 2021).

As medidas de biossegurança desempenham um papel crucial na prevenção de acidentes, consistindo em um conjunto de práticas destinadas a reduzir e eliminar os riscos que ameaçam a saúde dos profissionais e de outros indivíduos presentes no ambiente de trabalho (Silva et al., 2021). No contexto da enfermagem, onde o contato direto com pacientes é constante, juntamente com o uso de materiais e equipamentos potencialmente nocivos, os profissionais estão suscetíveis à contaminação por vírus, bactérias e outras doenças infecciosas (Assunção et al., 2021). Infelizmente, por

vezes, por medo ou outras razões, os profissionais omitem casos de acidentes, como lesões por objetos perfurocortantes ou exposição a materiais biológicos, o que pode resultar em doenças graves e comprometimento da saúde (Moura et al., 2021).

É imperativo que as instituições de saúde, por meio de suas coordenações e programas de treinamento, promovam a capacitação, incentivo e conscientização dos profissionais, especialmente das equipes de enfermagem envolvidas diretamente no cuidado aos pacientes e seus familiares, quanto à correta utilização dos EPIs. Somente assim será possível garantir a prevenção eficaz dos riscos à saúde de todos os envolvidos (Bertelli et al., 2023). Mediante esse cenário, o objetivo deste estudo consiste em destacar a importância do uso adequado dos EPIs na mitigação do risco de acidentes entre os profissionais de enfermagem, abordando as consequências da não utilização e do uso incorreto desses equipamentos.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo adotou como metodologia uma revisão bibliográfica de caráter exploratório e analítico. Foram consultadas as bases de dados: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE/PUBMED), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr) e Bases de Dados em Enfermagem (BDENF), nos idiomas português e inglês. Os critérios de inclusão estabelecidos compreenderam a seleção de artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, em consonância com o eixo temático proposto para este estudo. Por outro lado, foram excluídos os artigos que não apresentaram alinhamento com o referido eixo temático. A pesquisa foi conduzida no período compreendido entre outubro e dezembro de 2023, durante o qual os dados dos estudos selecionados foram coletados, reunidos e sistematizados. A análise realizada foi de natureza descritiva, visando a proporcionar uma compreensão aprofundada sobre a relevância do uso dos EPIs na prevenção de acidentes entre os profissionais de enfermagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A segurança no ambiente de trabalho é uma preocupação central em diversas áreas profissionais, sendo particularmente crucial na enfermagem, onde os

profissionais estão expostos a uma série de riscos diários. O uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) é fundamental para garantir a segurança e a saúde dos enfermeiros, especialmente em ambientes hospitalares e de assistência médica. Os enfermeiros desempenham um papel crucial na prestação de cuidados de saúde, estando frequentemente expostos a uma variedade de riscos ocupacionais, incluindo a exposição a agentes biológicos, químicos e físicos (Bertelli et al., 2023). Em um ambiente hospitalar, os enfermeiros lidam diariamente com pacientes portadores de doenças infecciosas, como gripes, tuberculose, HIV/AIDS e, mais recentemente, doenças como COVID-19. O contato próximo com esses pacientes aumenta significativamente o risco de transmissão de doenças infecciosas (Carvalho et al., 2021).

A utilização adequada dos EPIs desempenha um papel fundamental na prevenção de acidentes e na proteção da saúde dos profissionais de enfermagem. Os profissionais de enfermagem são frequentemente expostos a uma variedade de perigos, incluindo agentes biológicos, materiais perfurocortantes, produtos químicos e riscos ergonômicos. A falta de utilização dos EPIs ou o uso inadequado desses dispositivos pode resultar em lesões, doenças ocupacionais e até mesmo morte. Além disso, a exposição a esses riscos pode ter um impacto significativo não apenas na saúde física, mas também na saúde mental dos profissionais (Carvalho et al., 2021).

Além da exposição a agentes biológicos, os enfermeiros também estão sujeitos a riscos químicos, como a exposição a produtos químicos utilizados na desinfecção de equipamentos médicos e superfícies hospitalares. Produtos de limpeza, desinfetantes e substâncias químicas presentes em materiais médicos podem causar irritação na pele, alergias e até mesmo danos mais graves à saúde se não forem manuseados adequadamente (Costa et al., 2021). O uso de luvas e aventais apropriados pode ajudar a minimizar o contato direto com essas substâncias nocivas. Além disso, os enfermeiros também enfrentam riscos físicos no ambiente de trabalho, como lesões musculoesqueléticas devido ao levantamento de pacientes ou movimentação de equipamentos pesados, e lesões por perfurocortantes, como agulhas e bisturis. Nesses casos, o uso de luvas resistentes a perfurações e outros EPIs apropriados pode ajudar a reduzir o risco de acidentes e lesões (Silva et al., 2021).

O estudo conduzido por Costa et al. (2021) revelou que os profissionais de enfermagem enfrentam desafios significativos na utilização dos EPIs, o que suscita

preocupações quanto à segurança desses profissionais. Esta preocupação é justificada pela alta incidência de acidentes de trabalho entre os profissionais de enfermagem. Assim, destaca-se a importância da conscientização para o uso adequado desses dispositivos de segurança, os quais desempenham um papel fundamental na prevenção de futuros incidentes em ambientes hospitalares, clínicas, unidades móveis de saúde, entre outros. Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais de enfermagem reside na adaptação aos EPIs e na relutância em sua utilização, decisão que não apenas expõe a vida do profissional, mas também a do paciente sob seus cuidados durante os procedimentos.

A importância dos EPIs na prevenção de acidentes entre os profissionais de enfermagem é indiscutível. Esses dispositivos não apenas protegem os profissionais de enfermagem contra lesões e doenças, mas também contribuem para a segurança dos pacientes, prevenindo a propagação de infecções e reduzindo o risco de eventos adversos (Bertelli et al., 2023). Neste contexto, é fundamental que os profissionais de enfermagem estejam devidamente informados e treinados sobre a importância e o uso correto dos EPIs. Além disso, as instituições de saúde devem fornecer os recursos necessários para garantir que os profissionais tenham acesso adequado aos EPIs e sejam incentivados a utilizá-los em todas as situações de risco (Silva et al., 2021). Conforme destacado por Bruno et al. (2022), a supervisão direta do enfermeiro e a implementação contínua de programas educacionais para o correto manuseio e utilização dos EPIs são indispensáveis para garantir a conformidade com as normas de segurança. Fatores ambientais, como comunicação visual através de placas sinalizadoras, disponibilidade de materiais, comunicação eficaz sobre as condições dos pacientes e treinamentos adequados, são reconhecidos como elementos essenciais para promover a adesão ao uso dos EPIs.

A importância do uso de EPIs reside no fato de que eles atuam como uma barreira física entre o trabalhador e os perigos presentes no ambiente de trabalho, ajudando a prevenir lesões, doenças ocupacionais e até mesmo mortes. Além disso, os EPIs são essenciais para garantir a conformidade legal e regulatória, já que em muitos países o uso de EPIs é obrigatório por lei em determinados setores e atividades de trabalho (Pompeu; Slovic, 2023). Ao investir em EPIs adequados e garantir que sejam utilizados corretamente, as empresas podem reduzir significativamente os custos associados a acidentes e doenças ocupacionais, como licenças médicas, tratamentos de saúde, indenizações trabalhistas e perda de produtividade. Além

disso, o uso adequado de EPIs promove um ambiente de trabalho seguro e saudável, contribuindo para a motivação, satisfação e bem-estar dos funcionários (Silva et al., 2021). Dutra et al. (2023) observaram que a maioria dos profissionais de enfermagem não atribui a devida importância ao uso dos EPIs, muitas vezes ignorando-os devido à sobrecarga de trabalho, horários extenuantes e más condições laborais. Esses profissionais enfrentam sérios riscos para sua saúde devido a essa negligência. É importante ressaltar que os profissionais de enfermagem desempenham um papel crucial não apenas no cuidado ao paciente doente, mas também na proteção da saúde de todos os envolvidos no ambiente hospitalar. No entanto, é preocupante constatar que, em relação à sua própria saúde, a enfermagem muitas vezes carece de conhecimento. Portanto, é imperativo que cada profissional se proteja adequadamente, utilizando os EPIs de maneira adequada (Pompeu; Slovic, 2023).

No estudo conduzido por Rio et al. (2020), foi identificada uma lacuna preocupante no uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) entre os profissionais expostos a agentes biológicos, fluidos, secreções e riscos de perfuração, destacando-se a luva de procedimento como o EPI mais negligenciado. A maioria dos profissionais não aderiu corretamente ao uso desse dispositivo durante procedimentos e cuidados prestados aos pacientes, aumentando o risco de contaminação cruzada e comprometendo a segurança da assistência fornecida.

No estudo conduzido por Sousa e Miranda (2021), foi constatado que embora alguns profissionais reconheçam a importância dos EPIs, muitos não os utilizam adequadamente. Além disso, a falta de informações e orientações adequadas contribui para a baixa adesão ao uso correto desses dispositivos. As equipes relataram a ausência de orientações claras e suficientes para esclarecer dúvidas e corrigir erros. Conforme salientado por Rolim et al. (2020), entre os EPIs essenciais para os profissionais de enfermagem estão a máscara cirúrgica, máscara PFF2, máscara N95, touca/gorro, propé, luvas de procedimento, luvas estéreis, avental/capote e óculos, além do uniforme e calçado adequados. O autor ressalta que a falta de uso desses equipamentos expõe os profissionais a sérios riscos de acidentes, muitas vezes não reportados para notificação.

A segurança no trabalho desempenha um papel crucial na proteção dos profissionais de enfermagem. O fornecimento de informações sobre o uso correto dos EPIs, juntamente com a educação em saúde e o envolvimento ativo dos profissionais, pode contribuir significativamente para uma prática mais segura. É importante

ressaltar as experiências vivenciadas por profissionais em condições inadequadas de segurança, que frequentemente resultam em acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, podendo levar à incapacidade temporária ou permanente (Moura et al., 2021).

De acordo com Pontes e Salomé (2021), é crucial que os profissionais não apenas recebam os EPIs, mas também sejam devidamente orientados e treinados por meio de programas de educação continuada e outras formas de capacitação. Os gestores desempenham um papel essencial não apenas na entrega dos EPIs, mas também na fiscalização do seu uso adequado, garantindo assim um ambiente de trabalho mais seguro e eficaz e prevenindo a contaminação pessoal e cruzada.

Conforme destacado pelo estudo de Sousa et al. (2022), os profissionais de enfermagem enfrentam uma série de riscos à saúde quando expostos a agentes contaminantes, como materiais biológicos, substâncias tóxicas e manipulação de medicamentos perigosos. Esses fatores não apenas afetam a saúde física dos profissionais, mas também podem ter repercussões negativas em sua saúde mental. Como evidenciado pela pesquisa conduzida por Teixeira et al. (2021), devido à natureza direta e intensa de seu trabalho, os profissionais de enfermagem estão particularmente susceptíveis a acidentes e riscos à saúde. A ausência de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) os expõe a perigos que podem resultar em sérios danos à saúde. Ademais, as condições de trabalho muitas vezes precárias, caracterizadas pela escassez de materiais, falta de pessoal, sobrecarga e estresse laboral, exacerbam ainda mais esses riscos.

Muitos profissionais de enfermagem mantêm múltiplos vínculos de emprego, o que pode contribuir para a exaustão física e mental. Além disso, a falta de oportunidades de atualização e desenvolvimento profissional também pode comprometer a capacidade desses profissionais de desempenhar suas funções de forma segura e protegida (Dutra et al., 2023). Uma análise detalhada revelou a variedade de equipamentos disponíveis e destacou a necessidade crucial de conhecimento e adesão ao uso correto desses dispositivos. No entanto, constatou-se que ainda há uma falta de interesse por parte dos usuários em adotar essas medidas de segurança (Sousa et al., 2022).

É evidente que as condições de trabalho desempenham um papel significativo na saúde dos profissionais, destacando a importância das ações promovidas pela gestão e pelas coordenações. A não utilização dos EPIs muitas vezes está ligada à

falta de adaptação a esses dispositivos de segurança (Sousa et al., 2022; Teixeira et al., 2021). As consequências do não uso ou uso inadequado dos EPIs são claras, afetando tanto a saúde física quanto mental dos profissionais de enfermagem. Vale salientar os enfermeiros gestores desempenham um papel fundamental como educadores em saúde, transmitindo segurança para suas equipes e promovendo a conscientização sobre a importância dos EPIs, portanto, urge a implementação de medidas não apenas pelas instituições e gestores, mas também pelas políticas públicas de saúde, visando melhorar a assistência aos profissionais de enfermagem. Isso inclui orientações esclarecedoras e estratégias eficazes para despertar o interesse dos profissionais em aderir ao uso correto dos EPIs. Uma comunicação eficaz e um esclarecimento adequado são essenciais para promover uma melhor compreensão e adesão entre os profissionais, visando à promoção da saúde dos trabalhadores de enfermagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ressalta a importância vital da utilização adequada dos EPIs pelos profissionais de enfermagem em seu ambiente de trabalho. A utilização adequada dos Equipamentos de Proteção Individual desempenha um papel crucial na prevenção de acidentes e na promoção da segurança no ambiente de trabalho dos profissionais de enfermagem. Investir em educação, conscientização e fornecimento adequado de EPIs é essencial para proteger a saúde e o bem-estar desses profissionais, bem como garantir a qualidade e segurança do cuidado prestado aos pacientes.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. et al. COVID-19: estudo de protocolos de proteção individual para profissionais da saúde. **Revista Brasileira Saúde Ocupacional**, n. 46, v. 32, 2021.

BERTELLI, Caroline, et al. Acidentes com material biológico: fatores associados ao não uso de equipamentos de proteção individual no Sul do Brasil. **Ciência Saúde Coletiva**, n. 3, v. 28, 2023.

BRUNO, Daniella de Souza Castanheira; PEREIRA, Jessica Batista; SOUSA, Saulo Saturnino. A enfermagem e na saúde do trabalhador. Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa. 2022. Disponível

<http://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/view/3962/1985>. **Acesso em:** 02 mar.2024.

CARVALHO, Ana Alyra Garcia et al. Recomendações de uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) em procedimentos cirúrgicos durante a pandemia de SARS-Cov. **J Vasc Bras**. 2021;20:e20200044.

COSTA, Christiane Santana, et al. Um estudo sobre a importância do enfermeiro na orientação da utilização dos equipamentos de proteção individual – episs. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 10, p. 1222–1240, 2021. disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2658>. **Acesso em:** 03 mar. 2024.

DUTRA, Herica Silva. et al. Uso e adesão de equipamentos de proteção individual por residentes: validação de instrumento de medida. **Cogitare Enfermagem**, v. 28, 2023.

MAFRA, Denise Aparecida Lopes et al. Percepção dos Enfermeiros sobre a importância do uso dos Equipamentos de Proteção Individual para Riscos Biológicos em um Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. **O Mundo da Saúde**, 2018.

MOURA, Maria Sauanna Sany, et al. Conhecimento e uso de equipamentos de proteção individual por profissionais de enfermagem durante pandemia da Covid-19. Revista Escola Enfermagem, São Paulo, 2021. disponível em:<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/T9tXk75XQK3vXDbhrR774Ff/?format=pdf&lang=pt>. **Acesso em:** 09 mar. 2024.

NASCIMENTO, Maria Naiane Rolim, et al. Cuidados de Enfermagem na proteção e prevenção de riscos para o enfermeiro: revisão de literatura. **Journal of Nursing and Health**, v. 10 n. 5, 2020.

PAZ, Marcia Maria; SCHOLER, Cinthia Maria. O uso incorreto dos equipamentos de proteção individual pelos acadêmicos de enfermagem e o risco de contaminação por patógenos: revisão integrativa. **Revista de Saúde Faculdade Dom Alberto**, v. 9, n.1, p. 65 –85, ISSN–2318-7700, 2022.

POMPEU, Eriton; SLOVIC, Anne. Desafios da Segurança da Saúde Global em tempos de pandemia: O acesso a Equipamentos de Proteção Individual na crise da covid-19. **Saúde Soc**, v.32, n.3, 2023.

PONTES, Breno César Diniz; SALOMÉ, Geraldo Magela. Cartilha de orientação sobre o uso de equipamentos de proteção individual durante a pandemia de COVID-19: prevenindo lesões cutâneas faciais. Fisioter. Mov., v. 34, e341111, Pouso Alegre, 2021. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/fm/a/bf9zLrkDQ6rpwfwF8S6mNnd/?format=pdf&lang=pt>. **Acesso em:** mar. 2024.

RIO, Caroline. et al. O uso de luvas pela equipe de enfermagem em ambiente hospitalar. **Revista Brasileira Enfermagem**, n. 2, v. 74, 2021.

SILVA, Mônica Alice Santos. et al. Biossegurança dos profissionais de enfermagem no enfrentamento da COVID-19. *Revista Brasileira Enfermagem*, 2022, 75 (Suppl 1): 1 edição suplementar 1 coronavirus/COVID-19. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/cJk5qQfstc69Vdp9KdsXB6r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 mar.2024.

SOUSA, Fernanda Ferreira; SOUSA, Isabelle Alves; OLIVEIRA, Luciane Marta Neiva. A utilização de equipamentos de proteção individual e coletiva por profissionais de saúde: revisão integrativa. **Revista Atenção Saúde, São Caetano do Sul**, v. 16, n. 58, p. 102-108, 2018.

SOUSA, Klíscia Rosa; MIRANDA, Maria Aurení de Lavor. Percepção dos profissionais de enfermagem sobre o uso dos equipamentos de proteção individual na emergência. **Com. Ciências Saúde**, v. 2, n. 32, p. 49 60, 2021.

SOUSA, Rayhany Kelly et al. Equipamentos de proteção individual na assistência hospitalar de enfermagem: revisão de escopo. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 31, Florianópolis, 2022. disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/ts6KZ4jKrM8GMJsJcVFLmHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 mar. 2024.

TEIXEIRA, Danielle Sampaio et al. Acidentes ocasionados ao enfermeiro na unidade de terapia intensiva com material perfurocortante. **Brazilian Journal of Development**, v.7, n.6, p. 55382-55401, Curitiba, 2021.

Capítulo 4
OS INDÍGENAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE
CURITIBA (RMC) NA HISTORIOGRAFIA REGIONAL
ANTES DA PROFISSIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA
Franciele Sabchuk

OS INDÍGENAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (RMC) NA HISTORIOGRAFIA REGIONAL ANTES DA PROFISSIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA

Franciele Sabchuk

Doutoranda do Programa História, Culturas e Narrativa da UEM.

RESUMO

O artigo pretende analisar como os povos indígenas, que viviam na RMC/PR, foram representados nas primeiras narrativas regionais, que se propunham ser históricas. Para isso, foram utilizadas como fontes documentais o livro "História do Paraná (1953)", de Romário Martins e os primeiros Boletins do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR). O recorte temporal escolhido foi a primeira metade do século XX, pois foi marcado pela publicação do conteúdo, apesar de a mobilização para a escrita de uma narrativa histórica regional ser anterior. Já, na segunda metade do século XX, testemunhou o início da profissionalização da História, com a fundação de departamentos de História em universidades, que trouxe um novo modo de fazer História.

Palavras-chave: Historiografia; História do Paraná; História Indígena.

A ESCRITA DA HISTÓRIA NO BRASIL

As reflexões propostas por Guimarães (1988) auxiliam na contextualização da produção historiográfica no Brasil, pois, segundo suas análises “o projeto de escrita da história nacional deveria dar conta da totalidade, contemplando a nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos (GUIMARÃES, 1988, p. 16)”. Com objetivo de concretizar tal projeto, em 1840, o Instituto Histórico e Geográfico brasileiro (IHGB), definiu um concurso para escolher a tese que melhor elaborasse um plano para escrever a História do Brasil.

A proposta escolhida foi a do alemão Von Martius, em 1848. A sua tese, acabou definindo as linhas mestras de um projeto historiográfico nacional, pois entendeu-se que a narrativa nos moldes da proposta seria capaz de garantir uma identidade específica para nação, então em construção. Segundo o autor da tese, a historiografia

produzida no Brasil teria a missão de mostrar a mistura das três raças, que foram as matrizes culturais formadoras da nação brasileira (GUIMARÃES, 1988, p.16).

Em sua tese, von Martius apresentou, o que entendia ser a forma adequada, sobre como quem fosse redigir a história do Brasil, deveria abordar aspectos da formação do país, inclusive, no que diz respeito aos três grupos étnicos, que em sua interpretação, eram formadores da nacionalidade brasileira (SABCHUK, 2020, p. 80).

No documento, ao dissertar sobre a presença dos indígenas, defendia que a narrativa deveria integrá-los à história nacional, os conhecimentos por eles veiculados, suas “contribuições”. Entretanto, o destaque, seria dado para a atuação do elemento branco e seu papel civilizador, resgatando especialmente a importância dos bandeirantes e das ordens religiosas neste processo. O negro recebia pouca atenção na proposta de von Martius, fortalecendo a concepção de que o negro era o elemento que impedia a consolidação de um processo civilizador.

Quem deu forma à tese de Von Martius, com a primeira publicação de uma História Nacional, foi Francisco Adolfo Varnhagen, concretizando assim, um projeto intelectual que estava articulado a um conjunto de interesses e questões de natureza política, econômica e social. Ao retomar a trajetória das primeiras produções historiográficas da História do Brasil, é possível compreender o porquê da presença ou ausência de determinadas temáticas e problemáticas nas narrativas historiográficas produzidas mais tarde aqui no Paraná, uma vez que elas seguem o mesmo formato, as mesmas bases, só partiam de uma escala regional e não nacional.

Quem pretendesse escrever aspectos da História do Brasil em uma escala regional ou local, deveria apresentar narrativas que fossem capazes de integrar as partes ao todo, e evitar conflitos do particular com o geral. O que se pretendia era valorizar as particularidades de cada região e relacioná-las a um Brasil único e indivisível (GONTIJO, 2014, p. 56). A partir da década 1870, teorias científicas europeias foram instrumentalizadas para subsidiar explicações sobre a diversidade no país, sobretudo em termos raciais. Foi com base neste ideário cientificista, que foram elaboradas explicações sobre o atraso do país e a condição de seus habitantes, bem como, propostos projetos e estratégias de organização da nação, com vistas no progresso (GONTIJO, 2014, p. 56), perspectiva que permaneceu no imaginário de muitos intelectuais, inclusive no século XX.

Tais teorias científicas europeias, também foram usadas para naturalizar diferenças socioculturais, onde as características físicas eram associadas a atributos

morais e serviam para justificar o “atraso social” de algumas populações, além de afirmar a inviabilidade do progresso de alguns grupos étnicos. Ganhavam força as reflexões sobre os caminhos que uma nação, tida como mestiça, deveria seguir para alcançar o progresso, além, do papel que cada raça deveria exercer nesta mistura. Segundo Gontijo (2009, p.57) “frequentemente era postulado, sobretudo entre a intelectualidade cientificista, a desigualdade das raças, o mal da miscigenação e a superioridade do homem branco”.

O FAZER HISTÓRICO NO BRASIL

Para analisar a presença dos povos indígenas na historiografia produzida no estado do Paraná, faz-se necessário, a fim de contextualização, comentar algumas das transformações que aconteceram no campo historiográfico nacional, especialmente nas últimas décadas do século XX. Pois, trata-se de um período que inaugurou práticas e foi marcado por rupturas e redefinições do trabalho do historiador.

No Brasil, podemos considerar que o processo de transformação, tanto no que diz respeito ao “fazer histórico”, quanto no que se compreende sobre o significado de história – somou-se à profissionalização do fazer historiográfico. Segundo Freixo (2009, p.04), ainda existe um debate acerca da instalação de instituições de ensino e pesquisa no Brasil, pois, durante o Império, a educação superior não tinha como foco a formação de cientistas.

Situação que permaneceu com poucas alterações na Primeira República, e após a Revolução de 1930, com o Governo Provisório, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, quando foram propostas algumas reformas educacionais, incluindo Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19851/31) e Organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto nº 19851/31).

Alguns governos criaram universidades regionais, como o São Paulo, que fundou a Universidade de São Paulo (USP), após incorporar algumas escolas superiores e institutos técnicos-científicos. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP possuía, inclusive, a graduação em História. O Distrito Federal também criou uma universidade, na década de trinta, a Universidade do Distrito Federal (UDF), que na Escola de Direito e Economia, possuía cadeira para formação de professor em História e Geografia, porém, não a graduação em História.

Em 1937, com a reorganização da educação superior no país, promovida pelo então ministro Gustavo Capanema, a Universidade do Rio de Janeiro foi transformada em Universidade do Brasil e, seria modelo para as demais instituições universitárias do país (BRASIL, 1937). Cenário que permaneceu em grande medida até o início dos anos de 1950 (RODRIGUES, 1965), quando as críticas se voltaram para o fato da formação universitária dos historiadores ser voltada para a formação de professores secundários. Uma destas vozes, era a do carioca José Honório Rodrigues, que propôs a criação do Instituto de Pesquisa Histórica (IPH):

[...] preservar o documento escrito no Brasil, colher o que se encontra no estrangeiro e proteger os arquivos brasileiros, como o do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deve ser, e só isto é uma tarefa imensa, proteger o monumento artístico, e o do Instituto Nacional do Livro. (RODRIGUES, 1965, p. 11-12).

Foi na década de 1970, que começaram a ser implantados programas de pós-graduação nas universidades brasileiras, impactando a produção historiográfica nacional, com: a conquista de novos objetos e de novos territórios; o emprego de novos métodos e aportes teóricos; ampliação das fontes; interfaces e conexões da história com outras disciplinas; estabelecimento de modalidades no interior da própria disciplina (ARRUDA; PROENÇA, p. 241).

Nesse sentido, a década de 1950 pode ser entendida como uma década de mudanças no fazer histórico nacional, onde uma série de processos de mudança, que estavam em curso, se fortaleceram e se consolidaram. Portanto, este é o limite temporal utilizado para seleção das fontes que serão objeto de análise neste artigo.

A ESCRITA DA HISTÓRIA DO PARANÁ

Antes da profissionalização da História, muitas narrativas históricas sobre o estado do Paraná foram produzidas, e, faziam parte do imaginário da sociedade. Um movimento interessante para observar tais representações é o Movimento Paranista, que foi desenvolvido entre os anos de 1920 e 1930, por artistas e intelectuais do estado, e era marcado pela busca de uma identidade regional para o Paraná.

Considerando que busca-se olhar com mais atenção para a presença da população indígena nesta historiografia do regional, entendendo a escrita da História como um processo, que considerando as transformações que ocorreram dentro da

própria disciplina, existe uma aproximação do campo que Le Goff (1994, p. 07) considerou um setor específico da historiografia, a “História da História” (GOFF, 1994, p.07).

Ainda, pode-se destacar que uma abordagem proposta por Gomes (1999, p. 22) subsidia-nos a olhar para a relação do espaço de forma mais ampla, considerando aspectos da natureza, da terra, dos seus fenômenos de definição e do estabelecimento de identidades, que foram comum nos processos de construção de identidades nacionais e regionais. Assim, entende-se o arranjo Estado, enquanto metáfora geográfica, do discurso da nacionalidade, que buscou estabelecer as fronteiras e suas relações com o tempo/ espaço, definindo a marca da conquista territorial e sua manutenção. Portanto, “o discurso ‘geográfico’ de estabelecimento de fronteiras é um discurso ‘histórico’, fruto de um longo e cuidadoso trabalho historiográfico... (GOMES, p.22)”.

Segundo o pesquisador Durval Albuquerque Júnior, a “história regional” teve a função de participar da construção imagético-discursiva do espaço regional (JÚNIOR, 1994, p. 10). A abordagem regional, proporciona um estatuto histórico a um recorte espacial fixo, estático, pois, mesmo quando historicizado, é validado como ponto de partida para recortar a historicidade.

A história do Paraná, enquanto narrativa escrita de um recorte espacial fixo, foi produzida por uma primeira geração de autores que em geral eram autodidatas, ou seja, não tinham formação em História. O que havia neles, era uma preocupação e inspiração de atribuir ao Estado do Paraná uma trajetória, uma identidade, em especial que o distancia-se de São Paulo, uma vez que a Emancipação tinha sido conquistada a pouco tempo . Entre estes intelectuais podemos destacar Romário Martins e os fundadores do IHGPR.

A publicação da obra “História do Paraná” em 1899, vinculou efetivamente Romário Martins¹ ao título de historiador. Essa obra, conforme observou Brasil Pinheiro Machado, em 1974, em um Colóquio de Estudos Regionais em 1974 (MACHADO, p. 43), teria sido o marco que fundou uma História Regional do Paraná, uma vez que ela abrangeria a história de uma comunidade um grupo humano, bem

¹ Romário Martins (1874 – 1948) foi um intelectual que se dedicou ao estudo e escrita da história do Paraná. Produziu e publicou uma grande quantidade de artigos, livros, folhetos e etc. Além disso, foi diretor do Museu Paranaense, participou de eventos e centros culturais, com os quais ele colaborou inclusive com a fundação, como Centro Paranaense de Letras e o Círculo de Estudos Bandeirantes.

como, suas relações com o meio geográfico². Depois desta publicação, Martins associou-se ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), posteriormente, com outros intelectuais locais, fundou o Instituto Histórico Geográfico Paranaense (IHGPR), em 24 de maio de 1900.

O IHGPR³ foi fundado no início do século XX em Curitiba, e, em geral, seus fundadores eram sujeitos letrados da elite, muitos do serviço público e/ou com formação em medicina, engenharia, jornalismo, direito ou de escolas militares. Não eram historiadores, sim, curiosos, possuidores de conhecimentos segmentados, sinalizando uma tentativa de tornar o IHGPR como o IHGB, que por sua vez tiveram por inspiração o francês, *Institut Historique de Paris*, de onde herdaram o projeto civilizador de progresso, de nação e de unidade nacional.

A criação do IHGPR foi um importante marco para a inclusão do Paraná nos propósitos de IHGB, que vinha buscando construir uma narrativa de passado, que desse sentido o formação da população brasileira. Nesse sentido, os intelectuais tentavam estabelecer elementos da unidade nacional, das peculiaridades do povo e, especialmente, da herança civilizatória dos colonizadores europeus. Teria sido a partir da segunda metade do século XIX, que se intensificou a construção de narrativas históricas das províncias, atreladas ao projeto de escrita da História Nacional, que pretendia integrar as diversidades províncias e posteriormente diversidades estaduais (NEUTROF, 2008, p. 02).

O modelo de escrita seguido tanto por Romário Martins, como pelo IHGPR, estava vinculado à necessidade de criação de uma identidade brasileira e também regional, tida como uma forma de afirmação local para a sua amplitude geral. Nesta primeira geração, prevalecia a escrita de um tipo de história que se poderia chamar de “tradicional”, “produzida por intelectuais autodidatas com as mais diversas formações, também vinculados a instituições de ensino e agremiações tradicionais, como sociedades e institutos históricos” (MALERBA, 2009, p.17).

A historiografia que foi produzida neste contexto, trouxe como característica predominante a “prevalência de uma história centrada no Estado, história oficial

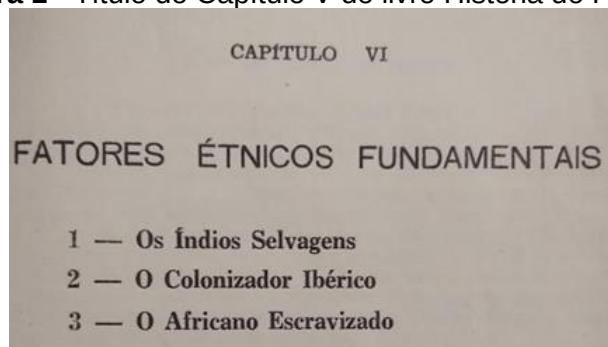
² O livro foi publicado pela primeira vez em 1889 e reeditado outras três vezes 1937, 1953 e 1995. Podemos considerá-lo canônico, pois foi a primeira compilação que pretendia apresentar toda a História do Paraná em volume único, o livro foi resultado de uma monografia, apresentada ao Ginásio Paranaense, publicada em 1889 e adotada nas escolas como obra oficial durante muito tempo.

³ A solenidade de criação do Instituto no Paraná foi realizada no dia 24 de maio de 1900, no salão da Biblioteca Pública do Paraná, nas dependências do então Clube Curytibano.

(quando não oficiosa), apologética das elites governantes (quando não paroquial e biográfica)” (MALERBA, 2009, p. 18). Ainda, no caso do Paraná, Romário Martins, teria sido o responsável pelo estabelecimento dos pontos principais, para essa história local, como, Varnhagen, o foi, para a história Nacional (MARCHETTE, 2013, p. 107).

Considerando que dentro das perspectivas dos conceitos de história presentes em suas obras ele seguia princípios positivistas de apelo ao progresso, aos ideais de grandeza moral intelectual e material, e, também, podemos observar uma preocupação, em tratar das matrizes étnicas formadoras da nação brasileira, onde os indígenas recebiam uma atenção especial na construção das narrativas, se comparados com os negros (que só eram representados a partir da situação de escravidão) e, menor que os europeus (apresentados como representantes do progresso). A organização do Capítulo V, da Obra História do Paraná (Figura 1) ilustra bem tal imaginário:

Figura 1 - Título do Capítulo V do livro História do Paraná:



Fonte: (MARTINS, 1953, p. 103)

Desde a fundação do IHGPR enfrentou dificuldades, tanto, que o seu primeiro boletim que só foi publicado em 1906, se esforçando em apresentar um conteúdo que pudesse promover a revitalização e reorganização do Instituto. A partir da tentativa de revitalização, seus representantes lançaram as bases para a escrita da história no Paraná. A publicação de um boletim representava para os membros do movimento um avanço, uma ação concreta no sentido de solucionar problemas acerca da História e Geografia do estado, como escopo, outros ramos correlatos a estas ciências, como a Etnografia e a Paleografia (DIAS, 2019, p. 116).

Seguindo a proposta do IHGB, havia uma preocupação em instituir no Paraná uma história local, porém, que o fizesse ser reconhecido entre os seus e a nação, pautados especialmente na crença do progresso e do desenvolvimento social. Para

organizar os fluxos, o IHGPR se organizou em comissões permanente, cuja função era desenvolver estudos sobre o estado a partir de diversos olhares, inclusive foi criada uma Comissão de História, para a qual foram nomeados os seguintes nomes: Manuel Inácio Carvalho de Mendonça, Dário Veloso, Nilo Cairo, Cardoso de Gusmão e Costa Carvalho (BIHGPR, 1918, p. 06).

Na época de instituição do IGHPR não havia ambientes universitários no estado. Como observou Dias (2019, p. 120) atividade de escrita da história, neste contexto, era compreendida como uma prestação de serviços para a sociedade, de relevância ímpar, que também “pretendia colocar seus autores em um lugar legítimo no interior do panteão Cívico da intelectualidade local e por que não brasileira ” (DIAS, 2019, p. 120).

O INDÍGENA NA HISTÓRIA DO PARANÁ E DA RMC

Para tratar da presença dos povos indígenas na historiografia paranaense produzida na primeira metade do século XX, o livro História do Paraná de Romário Martins foi selecionado como fonte, pois, pode ser considerado canônico, uma vez que foi a primeira compilação que pretendia apresentar toda a História do Paraná em volume único. A obra foi resultado de uma monografia, apresentada ao Ginásio Paranaense, publicada em 1889 e adotada nas escolas como obra oficial durante muito tempo, portanto, foi a principal referência sobre o tema para uma parte da população.

Conforme o historiador José Eron Iurkiv (IURKIV, 2002, p. 127), que fez comparações entre as publicações, a diferença entre a primeira e a segunda edição é bem significativa. A primeira edição contava com 250 páginas, passou por revisões de acréscimos e foi reeditada em 1937, passando a contar com aproximadamente 500 páginas. Porém, em linhas gerais, o texto de todas as edições, eram bastante narrativos, com características jornalísticas e informativas, sendo organizados de forma sequencial e abrangendo diversas localidades e épocas do estado do Paraná. Neste artigo, vamos utilizar a terceira edição como fonte, que foi publicada em 1953 (três anos após sua morte), pois consideramos que essa foi a versão final do autor.

Além disso, alguns capítulos do livro ou parte deles, fizeram parte das publicações do IHGPR. Na obra e nos artigos do IHGPR, que o autor publicou, podemos identificar a concepção de história e o projeto político que ele possuía, além

do seu vínculo com os ideais do IHGB, cujo objetivo era construir uma história para a nação brasileira, fundada em um passado comum, baseada em elementos homogeneizadores, pois, unificar a nação representava a construção de um passado singular. Conforme a tese premiada, do alemão von Martius, a questão étnica era o eixo da construção identitária brasileira, e, a população brasileira seria constituída pelos indígenas, negro e pelos brancos de origem europeia.

Romário Martins, iniciou a obra descrevendo detalhadamente o nome dos rios, seus afluentes e suas bacias. Já no segundo capítulo apresentou as populações indígenas, quase como se fossem parte da paisagem natural que foi descrita no capítulo anterior, promovendo a descrição dos grupos que habitavam o Paraná e que hoje em sua maioria são praticamente desconhecidas dos historiadores. Ele organizou os povos que viviam no Paraná no que ele chamou de “três tribos indígenas”, que seriam os “*Tupís*”, os “*Crêns*” e os “*Gés*”, organizados em “*denominações tribais*”, conforme demonstram a Figuras 2:

Figura 2 - Grupos que faziam parte das denominações tribais de “*Tupís*” e “*Crêns*”

1 — OS TUPÍS		2 — OS CRÊNS
Guaranis	Tarapopês	Caigang
Tinguis	Arés	Camés
Carijós	Biturunas	Votorões
Caiguás	Taiobás	Dorins
Guaianás	Pinarés	Cairucrês
Guarapiabas	Ibiticois	Chocrêns
Guapuras	Tupiniquins	Corutons
Mimos	Ibiticurús	Chavantes
Chiquis	Itambaracás	Cabeludos
Teminimós	Camperos	Ibirajaras
Mbiazais	Guapuãs	Gualáchos.
Abapanis	Chovas	
Tabacais	Cheripás	
Asboipitans	Biopébas	
Jaguaquês	Pés Largos	
Araxis	Chiringuanas	
Ninguarús	Papagaio	
Cuminunguaras	Guapúas	
Itacuras	Guanaós	
Itaquébas	Itatins	
Hindós		

Fonte: (MARTINS, 1953, p. 29 e 38)

Segundo o autor, a nação Guarani possivelmente representava a maior população nativa, ocupando extensas áreas do território paranaense, inclusive os “Campos de Curitiba”, e teria sido a primeira a interagir com os colonizadores europeus. No entanto, vale destacar que o povo Tinguí exercia domínio sobre o interior dos Campos de Curitiba, desde as encostas da Serra do Mar. Curiosamente, o grupo Tinguí é mencionado nos mitos de criação de algumas cidades da região, como

Araucária e Curitiba, embora sua presença do ponto de vista etnográfico não possua comprovação, seria talvez um subgrupo Guarani⁴.

Em relação aos “Crêns”, conforme Martins (1953) a região dos Campos de Curitiba era habitada por grupos nomeados como Cabeludos, possivelmente um dos termos atribuídos pelos portugueses aos Ibirajaras, também identificados como Caiapó. No que diz respeito aos “Caingang” - conforme a sugestão de Martins (1953, p. 38) para grafia com “C” em vez de “K”, derivado de caing-mato e ang-gente - esses grupos teriam se estabelecido predominantemente ao norte do Rio Iguaçu, após o êxodo dos povos Guarani, que foram, de certa forma, “domesticados” pela catequese na região de Guaíra. Em relação aos “Gés”, no Paraná, identificava-se apenas a presença da família dos botocudos, cujas residências se situavam ao sul do Rio Negro e no sertão de Tibagi. Contudo, segundo o autor, os botocudos configuraram a parte menos expressiva da etnografia no Brasil Central e Meridional.

Quando o Martins (1953, p. 60) dissertou sobre a “Posse da Terra”, tratando do processo de colonização, os indígenas deixaram de ser sujeitos da narrativa. Porém, uma pequena afirmação chama atenção na página - uma vez que ela é baseada no imaginário da época - quando vai relatar sobre a chegada do primeiro representante do Governador Geral das Minas e da Capitania do Rio de Janeiro, o Ébano Pereira, foi quando “*começaram os tempos históricos* (MARTINS, 1953, p. 60)”. Tal afirmação, fortalece o que Manuela Carneiro da Cunha (2009) considerou como a tentativa estratégica de eliminação dos povos indígenas, que não era apenas física, mas também, enquanto sujeitos históricos.

Para falar dos indígenas, no Capítulo VI, o autor utilizou o termo “Os Índios Selvagens”, destacando sua origem no continente americano, que segundo ele ainda não havia um consenso, se eram autóctones ou resultantes de uma migração. Recorrendo às conclusões de Rocha Pombo, comenta que “os povos aqui encontrados pela conquista europeia não constituíam raça ou raças isoladas, exclusivas desta parte do mundo”, ainda, comentou que por mais diferentes que pareçam, um estudo mais aprofundado permitiria ter certeza que todas as populações espalhadas pelo continente se reduziria a uma única raça (MARTINS, 1953, p. 105).

O capítulo IV, no entanto, merece um olhar mais atento, pois, sinalizaria uma preocupação específica e pioneira do Romário, pois, em geral no projeto de

⁴ Para observar a presença dos povos Tingui nos mitos de criação de cidades do Planalto Curitibano a obra de Macedo (2016) apresenta elementos bastante ilustrativos.

modernidade paranaense, havia uma ênfase na valorização do imigrante europeu, e, um ocultamento de outras etnias (IURKIV, 2002, p. 129). Ainda em relação ao Capítulo VI, no próximo item, ele vai tratar bem rapidamente sobre o “Colonizador Ibérico”, na sequência, de forma mais breve ainda, sobre o “Africano Escravizado”. Nesta parte, vai apresentar os tipos antropológicos resultantes dos cruzamentos das raça negra com os brancos e amarelos, que seriam: o mulato (branco e negro), caboré (índio e negro), xibáro (caboré e negro); curiboca (índio e caboré).

O tema não era considerado irrelevante, mas sim, intrinsecamente ligado aos ideais de modernidade e progresso da época. O papel do negro, conforme proposto por Von Martius, era percebido como um obstáculo ao processo de civilização, portanto, recebia pouca atenção nas discussões da época. Estas, por sua vez, estavam mais focadas em dissertar sobre o sucesso dos processos de miscigenação, com o objetivo de promover o branqueamento da população.

Neste contexto, as populações indígenas, inicialmente parte desse processo de miscigenação, gradualmente desapareceram das narrativas, sendo substituídas por indivíduos resultantes da mistura com outras etnias. Esse era o cenário delineado pelos cronistas, pintando uma nação como uma unidade homogênea que rumava à modernidade. Tanto é que em artigos que apresentam dados censitários, como o Relatório de Zacarias Góes de Vasconcellos (BIHGPR, 1917, p. 221-244) e o artigo de Ermelino de Leão (BIHGPR, 1917, p. 284-297), os indígenas nem sequer foram quantificados e mencionados enquanto um grupo étnico distinto, sendo abordada apenas a população já miscigenada.

O reconhecimento da importância dos povos indígenas na composição étnica da população paranaense por parte de Romário Martins, pode ser considerado de vanguarda, uma vez que até então, se tinha cristalizado no imaginário a ideia de que havia um vazio demográfico no oeste do estado (MOTA, 1994). O tal “vazio demográfico” que teria facilitado a instalação de projetos de colonização, que no período eram capitaneados pelas companhias colonizadoras, e se dado sem nenhuma atenção ou com conflito. Tal tese só foi questionada recentemente, o que indica uma clareza e conhecimento ímpar do Paraná por parte de Romário Martins.

No capítulo “Bandeiras e Bandeirantes” (MARTINS, 1953), os indígenas aparecem nas narrativas “participando” como membros das expedições, também figuram como informantes ou guia dos bandeirantes, pois seus conhecimentos eram fundamentais para o avanço das expedições. Em alguns momentos o autor destaca a

captura e os ataques das expedições às aldeias indígenas, como os de Guaíra (p. 143), ou seja, os grupos não possuem trajetória próprias, elas estão sempre vinculadas às dos colonizadores, seus conhecimentos só recebem atenção quando servem de algumas forma para atender necessidades dos europeus.

Ao tratar do “Ciclo do Ouro e Mineração”, no Planalto Curitibano, o autor comentou sobre o trabalho escravo, sem mencionar explicitamente que se utilizava a mão de obra indígena. Pontualmente é possível localizar, a participação dos indígenas em determinados eventos, como uma solicitação do provedor Pascoal Afonso, para a Câmara de São Paulo em 1949, pedindo apoio, para que acompanhado de “índios”, impedisse a cobrança irregular de impostos sobre o ouro (MARTINS, 1953, p.186).

Este espaço destinado aos indígenas nas narrativas, também é intencional e alinhado às bases de escrita da História, defendida pelo IHGB. Onde existiria uma maneira de tratar cada um dos grupos étnicos formadores da nacionalidade brasileira e, a dos indígenas seria a “valorizando os estudos relativos aos indígenas, com a perspicua de integrar à história nacional os conhecimentos por eles veiculados (GUIMARÃES, 1988, p. 17)”. Ou ainda, trata-se de grupos que contribuíram para a formação da população brasileira, principalmente com sua cultura, por isso, são habitualmente personagens dos mitos da nacionalidade.

Uma análise sucinta do Sumário do Boletim do IHGPR de 1953, dadas as limitações deste artigo, revela o espaço “folclórico” ou de “contribuição” dos indígenas na formação da cultura brasileira, conceitos destacados em obras como “Paleontologia” por José Franco Grillo; “Lendas, Crenças e Superstições” por Barbosa Rodrigues; “Ligeiras Notas sobre a Ethnologia Paranaense” por Jayme Dormund dos Reis.

Figura 3 - Sumário do primeiro Boletim do IHGPR

Fasc. 1.º	Páginas
Notícia Histórica da Fundação do Instituto	5
Estatutos (1900)	17
Memoria apresentada pelo Dr. Moreira Garcez, delegado do Paraná, ao 1.º Congresso Brasileiro de Estradas de Rodagem (1916)	25
Notícia sobre as Minas de Carvão de Pedra da Bacia do Rio das Cinzas, pelo dr. Euzebio de Oliveira (1916)	57
A União do Paraná e Santa Catharina, por (Sylvio Romero)	77
Fasc. 2.º	
O Descobrimento do Brazil (J. C. Rodrigues)	99
Um discurso na Liga de Defesa Nacional (Dr. Lindolpho Pessoa)	113
Descobrimientos Maritimos (Dr. Sebastião Paraná)	129
Lenda do Itararé (Oscar Guanabaryno)	145
O Parque Nacional do Guayra (Eng. André Rebouças)	157
Fasc. 3.º	
Paleoethnologia (Dr. José Franco Grillo)	169
Pesquisas de Petroleo (Geologo Euzebio Paulo de Oliveira)	183
Lendas e Superstições (Dr. J. Barbosa Rodrigues)	197
O Paraná em 1853 (Dr. A. M. Fernandes Junior)	221
Fasc. 4.º	
Ethnologia Paranaense (Dr. Jayme Dormund dos Reis)	245
Regimen Administrativo e Fiscal das Minas (Dr. Basilio de Magalhães)	261
Fundação da Villa de Curytiba (Romario Martins)	275
Curytiba em 1820 (Ermelino de Leão)	285
Investigações no Sertão Paranaense (Barão de Capanema)	299
Sobre a occorrença de Rochas Petrolíferas na Serra Morena, município de Palmas, Estado do Paraná (Dr. Euzebio Paulo de Oliveira)	311

FONTE: (BIHGPR, 1953, p. s./n.)

No entanto, nota-se uma narrativa que diverge das abordagens convencionais da escrita histórica, presente nos artigos dos boletins do IHGPR, cujos autores estavam epistemologicamente ligados aos métodos de outras disciplinas, como Antropologia, Etnografia, Geografia e Arqueologia. Já na primeira metade do século XX, pesquisadores alertavam para a necessidade de uma historiografia dedicada às populações indígenas do Paraná.

Este enfoque torna-se evidente, por exemplo, no artigo dos professores Loureiro Fernandes⁵ e Oldemar Blasi⁶ (BIHGPR, 1953, p. 67-86), apresentado no III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná. Nesse contexto, os autores chamaram a atenção dos congressistas para os vestígios arqueológicos descobertos

⁵ Nasceu em Lisboa em 1903 e faleceu em Curitiba em 1977. Foi médico, antropólogo e etnógrafo, além de atuar em diversas instituições como o Museu Paranaense, o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) e o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR. José Loureiro Fernandes foi um intelectual, com atuação nacional e internacional, principalmente na área da Antropologia e Etnologia.

⁶ Nasceu em Curitiba em 13 de julho de 1920 e faleceu em 2013. Formou-se em Geografia e História pela UFPR, era auxiliar de Loureiro Fernandes, além de ter atuado com outras equipes de cientistas nacionais e internacionais. Foi o responsável pelo Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, coordenou inúmeros projetos de pesquisa especialmente no Paraná, foi diretor do Museu Paranaense, entre outras atuações.

em expedições estaduais, integrantes do acervo do Museu Paranaense, enfatizando a importância de sua exploração em pesquisas históricas sobre a ocupação inicial do estado pelos primeiros habitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao examinar de maneira sistemática a evolução da narrativa histórica do Paraná, ou de uma localidade específica, torna-se possível identificar elementos narrativos que foram e continuam sendo empregados para definir o espaço destinado aos protagonistas históricos envolvidos nos acontecimentos. No que diz respeito aos indígenas que habitavam a Região Metropolitana de Curitiba, este espaço ainda reflete de maneira marcante as premissas estabelecidas pelo IHGB, que, em seus primórdios, delineava os caminhos para a escrita da História. Isso ocorre mesmo diante dos avanços que a ciência histórica teve ao longo do tempo, incluindo a aproximação com outras ciências como Antropologia e Arqueologia, que proporcionaram à história a adoção de novos métodos, fontes e problematizações.

No contexto da ciência histórica, o lugar atribuído aos indígenas na Região Metropolitana de Curitiba permanece caracterizado pelo esquecimento, silenciamento e, em alguns casos, pela representação pontual como sujeitos que se encontram à sombra das narrativas de outros grupos, especialmente os europeus. Seja como mão de obra escrava, seja pelo papel de seus etnoconhecimentos na condução de campanhas colonizadoras, os indígenas continuam relegados a um segundo plano nas histórias contadas.

Uma análise do banco de teses e dissertações do Departamento de História da UFPR, a instituição mais próxima e relevante na região em estudo, evidencia essa lacuna. Não há pesquisas disponíveis online sobre os indígenas na Região Metropolitana de Curitiba em períodos anteriores à colonização. O conteúdo mais próximo aborda os aldeados em São Pedro de Alcântara, aldeias em Itapecerica/SP e, em 2013, um trabalho no ProfHistória que trata de aspectos históricos do povo Guarani.

A Revista História, Questões e Debates da UFPR, segue uma tendência semelhante, com pouca atenção voltada aos indígenas como sujeitos históricos. Não há menções específicas sobre os indígenas na Região Metropolitana de Curitiba, e

mesmo quando se aborda os indígenas em geral, o conteúdo é restrito, muitas vezes proveniente de pesquisadores em áreas como Arqueologia, Sociologia e Antropologia.

Para obter mais informações sobre os indígenas do Paraná e da Região Metropolitana de Curitiba, é necessário buscar em universidades do interior do estado, como Londrina (UEM), Ponta Grossa (UEPG), Foz do Iguaçu (UNILA) e principalmente em Maringá (UEM). No entanto, os departamentos de pós-graduação em História dessas universidades tendem a focar em grupos indígenas próximos, como Guarapuava e o Alto Iraí, deixando uma lacuna referente aos que habitavam o Planalto Curitibano.

Essa lacuna pode ser parcialmente preenchida ao explorar os acervos de pesquisa em outros departamentos da própria UFPR, especialmente os de Arqueologia e Antropologia, além de instituições como o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) e o Centro de Pesquisas Arqueológicas (CEPA).

Vale destacar o papel fundamental desempenhado pelo Departamento de História da UEM, por meio do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE), na produção de conhecimento histórico sobre os povos indígenas no Paraná. Muitas pesquisas relevantes partiram desse departamento, destacando-se pela abordagem interdisciplinar, integrando Arqueologia, Etnologia e Etno-história. Essa conexão entre o Departamento de História e o LAEE destaca a importância do laboratório como um espaço de fomento à pesquisa e apoio aos pesquisadores interessados em estudar os povos indígenas no Paraná. Isso possibilitou resgatar e dar visibilidade às histórias e trajetórias desses povos, muitas vezes negligenciados pela ciência histórica.

Embora o LAEE tenha desempenhado um papel crucial, a produção de conhecimento histórico sobre os indígenas não deve se limitar a uma única universidade ou laboratório. É uma tarefa que deve ser abraçada por todos os departamentos de História das universidades, formando profissionais capacitados para abordar as histórias e trajetórias dos povos indígenas em todas as regiões. Essa iniciativa é crucial para superar estigmas e lacunas presentes nos registros históricos, construindo uma narrativa mais precisa e respeitosa em relação aos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, G.; PROENÇA, W. D. L. A historiografia do Paraná e o espaço simbólico da Universidade: os historiadores, seus lugares e suas regiões (1970-2012). **Revista de História Regional**, UEPG, v. V, p. 240-260, 2013.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- BIHGPR. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Curitiba: Livraria Mundial, v. 1, 1917.
- _____. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Curitiba: Livraria Mundial, v. 2, 1918.
- _____. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Curitiba: Livraria Mundial, v. 2, 1953.
- CUNHA, M. C. D. **Efeito Lévi-Strauss**. Anotações para uma Conferência da USP: Tempo Brasileiro. São Paulo: [s.n.]. 2009. p. 120.
- DIAS, A. S. **Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto Vale do Rio dos Sinos. Tese (Doutorado em Arqueologia)**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2003.
- Freixo, A. L. História em questão, tradições em jogo: José Honório Rodrigues e a “evolução” da pesquisa histórica no Brasil. In: **ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História – Fortaleza**, 2009.
- _____. História e historiadores do Brasil. São Paulo: Fulgor, 1965.
- GOFF, J. L. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1994.
- GOMES, A. C. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **Alfabetização: políticas mundiais e movimentos nacionais**. Campinas: Autores Associados, 2014.
- GONTIJO, R. **Identidade Nacional e Ensino de História: a diversidade como patrimônio sociocultural**. In: ABREU, M.; SOIHET, R. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.
- GUIMARÃES, M. L. L. S. **Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográficos Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. nº 1, 1988.
- JUNIOR, D. M. D. A. **O engenho anti-moderno: a invenção do nordeste e outras artes**. Campinas: Tese (Doutorado em História), 1994.
- IURKIV, J. E. Romário Martins e a Historiografia paranaense. **Educere**, v. 2, n. 2, p. 123-132, julho a dezembro de 2002.

MACEDO, R. G. D. **Curitiba da Luz dos Pinhais**. Curitiba: Solar do Rosário, 2016.

MACHADO, B. P. **A historiografia de Romário Martins na sua História do Paraná**. Colóquio de Estudos Regionais Comemorativo ao I Centenário de Romário Martins. Curitiba: Boletim do Departamento de História da UFPR. 1974.

MALERBA, J. **A história na América Latina. Ensaio de crítica historiográfica**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3º Edição. Curitiba: Guaíra, 1953.

MARCHETTE, T. D. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional do Paraná no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico**. Curitiba: Tese de Doutorado em História - UFPR, 2013.

MOTA, L. T. A construção do "vazio demográfico" e a retirada da presença indígena da história social do Paraná. **Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História**, Assis, SP - Universidade Estadual Paulista, v. 2, p. 123-137, 1994. ISSN 0104-1452.

NEUNDORF, A. **A questão dos limites e a questão identitária no Paraná: história e imprensa na construção do acontecimento**. Encontro Estadual de História - ANPUH-RS. Porto Alegre: [s.n.]. 2008.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico político**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1965.

SABCHUK, F. **Entre prescrições e práticas: uma proposta para a formação continuada de professores no trabalho com a questão indígena no ensino de história para as séries iniciais no município de São José dos Pinhais**. Maringá: UEM. Dissertação de Mestrado., 2020.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 4ª ed. Tomo I. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s/d.

Capítulo 5
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE EM
AMBIENTES INCLUSIVOS

Telma Lustosa Silva Santana
Silvânia Sousa Ribeiro dos Santos
Maria Hildenê Barros dos Santos

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE EM AMBIENTES INCLUSIVOS

Telma Lustosa Silva Santana

*Professora efetiva da rede municipal da cidade de Parnaguá PI, graduada em Licenciatura Plena em Normal Superior, graduada em Licenciatura Plena em Ciências Sociais, pós graduação em: Orientação e Supervisão Escolar, em Psicopedagogia Clínica e Institucional, e pós graduação em (AEE) Atendimento Educacional Especializado.
E Atualmente estou cursando Mestrado em Ciências da Educação.*

Silvânia Sousa Ribeiro dos Santos

Professora efetiva da rede municipal de Demerval Lobão-PI e Timon- MA, graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia, pós graduada em Gestão e Supervisão Escolar com Docência do Ensino Superior e cursando pós graduação em AEE, Atendimento Educacional Especializado.

Maria Hildenê Barros dos Santos

Professora seletista da rede município de Demerval Lobão -PI. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia e Tecnólogo em Segurança do Trabalho, Pós Graduada em psicopedagogia clínica e institucional e em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica e cursando Atendimento Educacional Especializado (AEE). atualmente cursando Licenciatura em Biologia

RESUMO

A formação docente em ambientes inclusivos é um tema de grande relevância no campo educacional, especialmente diante da necessidade de garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características individuais. A inclusão educacional visa promover a participação plena e igualitária de todos os estudantes na escola, sendo fundamental a reflexão sobre as competências necessárias para atuação do professor e as práticas pedagógicas que promovem a inclusão. Este estudo tem como objetivo analisar e refletir sobre a formação docente em ambientes inclusivos, investigando as competências necessárias para o desenvolvimento profissional do professor e as práticas pedagógicas que promovem a inclusão educacional. A pesquisa se justifica pela importância de compreender e

discutir as questões relacionadas à formação docente em ambientes inclusivos, visando contribuir para o aprimoramento da formação docente e para a construção de escolas mais inclusivas e democráticas. Este trabalho se caracteriza como uma revisão de literatura, que consiste na análise crítica e sistematização de estudos e documentos relevantes sobre o tema em questão. Foram consultadas bases de dados acadêmicas, periódicos científicos e legislação educacional para identificar e selecionar os estudos mais pertinentes para a investigação. Diante do exposto, a pesquisa busca compreender as competências necessárias para formação docente em ambientes inclusivos e como as práticas pedagógicas podem promover a inclusão educacional. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para o aprimoramento da formação de professores e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas, visando garantir uma educação de qualidade para todos os alunos.

Palavras-chave: Formação. Ambientes inclusivos. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

Teacher training in inclusive environments is a topic of great relevance in the educational field, especially given the need to guarantee quality education for all students, regardless of their individual characteristics. Educational inclusion aims to promote the full and equal participation of all students at school, with reflection on the skills necessary for the teacher's role and the pedagogical practices that promote inclusion being essential. This study aims to analyze and reflect on teacher training in inclusive environments, investigating the skills necessary for the teacher's professional development and the pedagogical practices that promote educational inclusion. The research is justified by the importance of understanding and discussing issues related to teacher training in inclusive environments, aiming to contribute to the improvement of teacher training and the construction of more inclusive and democratic schools. This work is characterized as a literature review, which consists of the critical analysis and systematization of relevant studies and documents on the topic in question. Academic databases, scientific journals and educational legislation were consulted to identify and select the most relevant studies for the investigation. Given the above, the research seeks to understand the skills necessary for teacher training in inclusive environments and how pedagogical practices can promote educational inclusion. It is expected that the results of this study will contribute to the improvement of teacher training and the development of more inclusive pedagogical practices, aiming to guarantee quality education for all students.

Keywords: Training. Inclusive environments. Pedagogical practices.

1 Introdução

A formação docente em ambientes inclusivos tem sido objeto de crescente interesse e debate no campo educacional, especialmente diante da necessidade de garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características individuais. Nesse contexto, a reflexão sobre as competências

necessárias para atuação do professor em ambientes inclusivos e as práticas pedagógicas que promovem a inclusão educacional torna-se fundamental.

A inclusão educacional, entendida como o processo de garantir a participação plena e igualitária de todos os alunos na escola, tem sido pautada por políticas e legislações que visam assegurar o direito à educação de qualidade para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e outras necessidades educacionais especiais. No entanto, a efetivação da inclusão requer não apenas medidas legislativas, mas também a formação de professores capacitados para atuar em ambientes diversificados e promover práticas pedagógicas inclusivas.

Esta pesquisa tem objetivo geral analisar e refletir sobre a formação docente em ambientes inclusivos, investigando as competências necessárias para o desenvolvimento profissional do professor e as práticas pedagógicas que promovem a inclusão educacional. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar as competências e habilidades do professor inclusivo; Analisar as políticas públicas e legislação nacional e internacional relacionadas à inclusão educacional; Revisar as abordagens pedagógicas inclusivas e suas contribuições para a promoção da inclusão na escola.

Esta pesquisa se justifica pela importância de se compreender e discutir as questões relacionadas à formação docente em ambientes inclusivos, tendo em vista os desafios enfrentados pelos professores na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Ao analisar as competências necessárias para atuação do professor e as práticas pedagógicas que promovem a inclusão, esperamos contribuir para o aprimoramento da formação docente e para a construção de escolas mais inclusivas e democráticas.

A presente pesquisa se caracteriza como uma revisão de literatura, que consiste na análise crítica e sistematização de estudos e documentos relevantes sobre o tema em questão. Foram consultadas bases de dados acadêmicas, periódicos científicos e legislação educacional para identificar e selecionar os estudos mais pertinentes para a investigação.

Diante do exposto, o problema de pesquisa que orienta este trabalho é: Quais são as competências necessárias para formação docente em ambientes inclusivos e como as práticas pedagógicas podem promover a inclusão educacional?

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: na seção de desenvolvimento, serão abordados os conceitos-chave relacionados à formação

docente em ambientes inclusivos, contextualizando o tema com base em autores relevantes da área. Em seguida, serão apresentadas as considerações finais, que sintetizam as conclusões do estudo, os avanços alcançados e os desafios enfrentados, bem como sugestões para futuras pesquisas.

2. Marco Legal e Políticas Educacionais para a Inclusão

A contextualização do assunto "Marco Legal e Políticas Educacionais para a Inclusão" é fundamental para compreendermos o arcabouço jurídico e as políticas públicas que embasam a educação inclusiva no Brasil. Segundo Saviani (2019), a inclusão educacional é um processo em que se ampliam as condições de acesso e participação na escola, visando ao pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania. Nesse sentido, as leis e políticas educacionais desempenham um papel crucial na promoção da inclusão e garantia de direitos para todos os alunos.

No Brasil, diversos documentos legais e políticas públicas foram estabelecidos com o intuito de promover a inclusão educacional. A Constituição Federal de 1988, por exemplo, estabelece o princípio da igualdade de direitos e proíbe qualquer forma de discriminação, incluindo a discriminação por motivo de deficiência. Segundo Aranha e Martins (2016), a Constituição de 1988 estabelece que o ensino será ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e, também, a garantia de atendimento educacional especializado para os portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Além da Constituição Federal, destacam-se também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e o Decreto nº 7.611/2011, que promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Segundo Glat e Neves (2018), a LDBEN prevê a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, e o Decreto nº 7.611/2011 ratifica o compromisso do Brasil com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assegurando o direito à educação inclusiva em todos os níveis de ensino.

Entretanto, apesar dos avanços legais, ainda há desafios a serem superados na efetivação da inclusão educacional no país. Como ressalta Soares (2019), a

inclusão educacional no Brasil ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada nas escolas, a formação inadequada dos profissionais da educação e a resistência a práticas inclusivas por parte de alguns segmentos da sociedade.

Portanto, a análise do marco legal e das políticas educacionais para a inclusão se faz essencial para compreendermos o contexto em que se insere a formação docente em ambientes inclusivos no Brasil, assim como os desafios a serem enfrentados para a efetivação de uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos.

A legislação nacional e internacional sobre educação inclusiva desempenha um papel fundamental na promoção dos direitos e da igualdade de acesso à educação para todos os alunos. No contexto brasileiro, diversos documentos legais foram estabelecidos para garantir a implementação da educação inclusiva. Segundo Aranha e Martins (2016), a legislação brasileira reconhece a educação inclusiva como um direito de todos os alunos e estabelece a obrigação do Estado em promover políticas e práticas educacionais que assegurem a inclusão de todos, sem discriminação.

Um dos principais marcos legais no Brasil é a Constituição Federal de 1988, que estabelece o princípio da igualdade de direitos e proíbe qualquer forma de discriminação, incluindo a discriminação por motivo de deficiência. Segundo Glat e Neves (2018), a Constituição Federal de 1988 reconhece a igualdade de direitos e oportunidades como um princípio fundamental e assegura o direito à educação para todos, sem qualquer forma de discriminação.

Além da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 é outra legislação importante que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. De acordo com Saviani (2019), a LDBEN prevê a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, assegurando o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

No âmbito internacional, o Brasil também é signatário de diversos tratados e convenções que estabelecem direitos e princípios relacionados à inclusão educacional. Um exemplo importante é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 7.611/2011. Segundo Soares (2019), o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com

Deficiência e seu Protocolo Facultativo em 2008, comprometendo-se a promover, proteger e assegurar o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação inclusiva.

No contexto brasileiro, as políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão educacional, buscando garantir o acesso equitativo à educação de qualidade para todos os alunos. Segundo Faria e Almeida (2019), "as políticas públicas educacionais têm o objetivo de assegurar o acesso, permanência, participação e aprendizagem de todos os estudantes, promovendo uma educação inclusiva e de qualidade". Nesse sentido, é importante analisar as políticas implementadas pelo Estado para efetivar esse direito.

Um exemplo significativo de política pública para a promoção da inclusão educacional no Brasil é o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, instituído pelo Ministério da Educação (MEC). De acordo com Silva et al. (2020), o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade tem como objetivo promover a inclusão de todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, nas escolas da rede regular de ensino.

Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece metas e estratégias para a promoção da inclusão educacional no país. Segundo Oliveira e Santana (2019), o Plano Nacional de Educação prevê a expansão do atendimento educacional especializado, a formação continuada de professores para a educação inclusiva e a garantia de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica e pedagógica nas escolas.

Outra política relevante é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que visa promover a formação inicial e continuada de professores para a educação inclusiva. De acordo com Souza e Freire (2019), o PIBID tem como um de seus objetivos específicos promover a formação inicial de professores para a educação básica, incentivando a inserção dos estudantes de licenciatura em contextos educacionais diversos, incluindo escolas que atendem alunos com deficiência e outras necessidades específicas.

A implementação das políticas de inclusão educacional no Brasil enfrenta diversos desafios que podem comprometer sua efetividade e impacto na prática. Conforme destacado por Pereira e Oliveira (2019), os desafios na implementação das

políticas de inclusão educacional refletem as complexidades e contradições presentes no sistema educacional brasileiro, bem como as dificuldades enfrentadas pelos diferentes atores envolvidos no processo.

Um dos principais desafios é a falta de infraestrutura adequada nas escolas para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência e outras condições que requerem adaptações. Segundo Souza e Santos (2020), a falta de estrutura física e de recursos materiais nas escolas, como salas de recursos multifuncionais, materiais didáticos adaptados e equipamentos de acessibilidade, dificulta a implementação das políticas de inclusão e compromete o acesso e a participação dos alunos com deficiência.

Além disso, a formação inadequada dos profissionais da educação representa um obstáculo significativo para a implementação das políticas de inclusão. Conforme ressaltado por Silva e Lima (2021), a formação inicial e continuada dos professores para a educação inclusiva ainda é insuficiente e fragmentada, não contemplando adequadamente as competências e habilidades necessárias para atuar em ambientes inclusivos.

Outro desafio diz respeito à resistência a práticas inclusivas por parte de alguns segmentos da sociedade, incluindo pais, alunos e até mesmo profissionais da educação. Segundo Vieira e Mendonça (2019), a resistência à inclusão educacional muitas vezes está relacionada a preconceitos, estereótipos e concepções equivocadas sobre deficiência e diversidade, o que pode dificultar a aceitação e a promoção de práticas inclusivas no ambiente escolar.

2.1 Teorias da Formação Docente para a Inclusão

A contextualização do tema "Teorias da Formação Docente para a Inclusão" é fundamental para compreendermos os diferentes enfoques teóricos que embasam a preparação dos professores para atuarem em ambientes inclusivos. Segundo Silva et al. (2019), as teorias da formação docente para a inclusão são fundamentais para orientar a prática pedagógica dos professores, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos para promover uma educação mais equitativa e acessível a todos os alunos.

No contexto brasileiro, diversos autores têm contribuído para o desenvolvimento e aprimoramento das teorias da formação docente para a inclusão.

Um dos principais enfoques teóricos é a perspectiva sociocultural, que enfatiza a importância do contexto social e cultural na construção do conhecimento e das práticas pedagógicas inclusivas. De acordo com Freire e Silva (2020), a abordagem sociocultural da formação docente valoriza a interação entre professores e alunos, reconhecendo a diversidade como um recurso pedagógico e promovendo a reflexão crítica sobre as práticas educacionais.

Além disso, a teoria da aprendizagem significativa, proposta por Ausubel, destaca a importância da construção de significados pelos alunos e do papel ativo do professor como mediador do processo de aprendizagem. Conforme Santos e Oliveira (2019), a teoria da aprendizagem significativa de Ausubel é relevante para a formação docente para a inclusão, pois enfatiza a importância de relacionar os novos conhecimentos com os conhecimentos prévios dos alunos, respeitando suas experiências e vivências.

Outra abordagem teórica relevante é a teoria da diversidade, que reconhece e valoriza as diferenças individuais dos alunos e propõe práticas pedagógicas adaptadas às suas necessidades específicas. Segundo Lima e Souza (2021), a teoria da diversidade na formação docente para a inclusão enfatiza a necessidade de reconhecer e respeitar as singularidades de cada aluno, promovendo estratégias diferenciadas de ensino e aprendizagem.

Os modelos tradicionais de formação docente têm sido amplamente questionados quanto à sua eficácia na preparação dos professores para atuarem em ambientes inclusivos. Conforme apontado por Oliveira e Silva (2020), os modelos tradicionais de formação docente tendem a enfatizar uma abordagem centrada no professor, com foco no domínio dos conteúdos disciplinares e na transmissão de conhecimentos, desconsiderando as demandas e necessidades individuais dos alunos.

Nesse sentido, é importante repensar os modelos tradicionais e buscar estratégias mais adequadas para a formação de professores inclusivos, que estejam alinhadas com os princípios da educação inclusiva e valorizem a diversidade presente nas salas de aula. Segundo Santos e Lima (2021), os modelos tradicionais de formação docente precisam ser revistos e atualizados para contemplar uma perspectiva mais ampla e inclusiva, que considere a complexidade e a heterogeneidade dos contextos educacionais contemporâneos.

Diante dos desafios apresentados pelos modelos tradicionais, têm surgido abordagens inovadoras para a formação de professores inclusivos, que buscam promover uma preparação mais adequada e eficaz para atuação em ambientes diversificados. Segundo Freire e Oliveira (2019), abordagens inovadoras para a formação de professores inclusivos valorizam a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas, o desenvolvimento de competências socioemocionais e a promoção de uma cultura escolar inclusiva.

Entre essas abordagens, destaca-se a pedagogia da diversidade, que reconhece e valoriza as diferenças individuais dos alunos e propõe práticas pedagógicas adaptadas às suas necessidades específicas. Conforme destacado por Santos et al. (2020), a pedagogia da diversidade na formação de professores inclusivos enfatiza a importância de uma educação centrada no aluno, que respeite suas singularidades e promova sua participação ativa no processo de aprendizagem.

A construção da identidade profissional do professor inclusivo é um processo complexo e em constante transformação, que envolve questões relacionadas à formação, experiência profissional e valores pessoais. Segundo Oliveira e Souza (2020), a identidade profissional do professor inclusivo é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo sua formação inicial e continuada, suas crenças e valores, e suas interações com os alunos, colegas e comunidade escolar.

Nesse contexto, é importante promover reflexões sobre a construção da identidade profissional do professor inclusivo, reconhecendo e valorizando sua trajetória pessoal e profissional. Conforme ressaltado por Lima e Santos (2021), refletir sobre a identidade profissional do professor inclusivo permite compreender melhor suas motivações, desafios e aspirações, contribuindo para o desenvolvimento de práticas mais eficazes e inclusivas.

2.2 Competências e Habilidades do Professor Inclusivo

A contextualização das competências e habilidades do professor inclusivo é essencial para compreendermos os requisitos necessários para uma atuação eficaz em ambientes educacionais diversificados. Segundo Oliveira e Souza (2020), as competências e habilidades do professor inclusivo englobam uma variedade de aspectos, incluindo conhecimentos teóricos sobre educação inclusiva, habilidades

pedagógicas adaptadas à diversidade de alunos e competências sociais e emocionais para promover um ambiente acolhedor e inclusivo.

No contexto brasileiro, diversos autores têm destacado a importância de desenvolver competências e habilidades específicas para atuar em ambientes inclusivos. De acordo com Santos e Lima (2021), o professor inclusivo precisa desenvolver competências pedagógicas diferenciadas, que possibilitem a adaptação de estratégias de ensino e avaliação para atender às necessidades individuais dos alunos.

Além disso, é fundamental que o professor inclusivo possua habilidades sociais e emocionais para promover um ambiente de respeito, colaboração e valorização da diversidade. Conforme ressaltado por Oliveira e Silva (2019), o desenvolvimento de competências sociais e emocionais é essencial para o professor inclusivo criar vínculos afetivos com os alunos, reconhecer suas potencialidades e dificuldades, e estabelecer uma relação de confiança e apoio mútuo.

Outro aspecto relevante é o desenvolvimento de competências tecnológicas, que permitem ao professor utilizar recursos digitais e tecnologias assistivas para promover uma educação mais acessível e inclusiva. Segundo Santos e Oliveira (2020), o uso de tecnologias digitais pode ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem, proporcionando experiências mais dinâmicas e interativas para os alunos com diferentes perfis e necessidades.

Desenvolver competências sociais e emocionais é fundamental para a atuação eficaz do professor em ambientes inclusivos. Como destacado por Oliveira e Silva (2019), as competências sociais e emocionais são essenciais para promover um ambiente acolhedor, empático e respeitoso, favorecendo o desenvolvimento integral dos alunos e a construção de relações positivas na escola.

Nesse contexto, o professor precisa possuir habilidades de comunicação eficazes, que lhe permitam estabelecer uma relação de confiança e empatia com os alunos, suas famílias e outros profissionais da escola. Segundo Santos e Lima (2021), a comunicação empática é fundamental para o professor compreender as necessidades individuais dos alunos, reconhecer suas emoções e promover um ambiente de apoio e compreensão mútua.

Além disso, é importante que o professor desenvolva a habilidade de gerenciar conflitos de forma construtiva, buscando resolver divergências de maneira pacífica e promovendo o diálogo e a colaboração entre os alunos. Conforme ressaltado por

Oliveira e Souza (2020), o gerenciamento de conflitos é uma competência essencial para o professor inclusivo, que enfrenta desafios decorrentes da diversidade de perfis e necessidades dos alunos.

Outro aspecto relevante é a capacidade de promover um ambiente de respeito à diversidade e combate ao preconceito e à discriminação. Segundo Santos e Oliveira (2020), o professor inclusivo precisa desenvolver uma postura crítica e reflexiva em relação às questões de diversidade, reconhecendo e valorizando as diferenças individuais dos alunos e promovendo uma cultura de respeito e inclusão na escola.

Desenvolver habilidades pedagógicas adaptadas à diversidade de alunos é essencial para o desenvolvimento profissional do professor inclusivo. Como mencionado por Santos e Lima (2021), o professor inclusivo precisa estar preparado para atender às necessidades individuais dos alunos, adaptando suas práticas pedagógicas de acordo com as características e demandas de cada estudante.

Uma das habilidades fundamentais é a capacidade de planejar e implementar estratégias de ensino diferenciadas, que possibilitem a inclusão de todos os alunos na sala de aula. Conforme destacado por Oliveira e Souza (2020), o planejamento pedagógico do professor inclusivo deve contemplar atividades diversificadas, materiais adaptados e recursos de apoio, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades de aprendizagem significativa.

Além disso, o professor inclusivo precisa desenvolver habilidades de avaliação formativa, que permitam acompanhar o progresso dos alunos e identificar possíveis dificuldades de aprendizagem. Segundo Santos e Oliveira (2020), a avaliação formativa é uma ferramenta importante para o professor inclusivo compreender as necessidades individuais dos alunos, adaptar suas práticas pedagógicas e promover intervenções pedagógicas adequadas.

Outra habilidade relevante é a capacidade de promover a colaboração e a cooperação entre os alunos, incentivando a interação entre pares e o trabalho em equipe. Conforme ressaltado por Oliveira e Silva (2019), o professor inclusivo precisa criar oportunidades para que os alunos colaborem, compartilhem experiências e aprendam uns com os outros, valorizando a diversidade de saberes e experiências presentes na sala de aula.

2.3 Abordagens Pedagógicas Inclusivas

A contextualização das abordagens pedagógicas inclusivas é crucial para compreendermos como essas estratégias podem promover uma educação mais equitativa e acessível para todos os alunos. Segundo Braga e Souto (2020), as abordagens pedagógicas inclusivas buscam valorizar a diversidade presente na sala de aula, adaptando as práticas educativas para atender às necessidades individuais de cada aluno.

No contexto brasileiro, diversas abordagens pedagógicas têm sido propostas como forma de promover a inclusão educacional. Um exemplo é a pedagogia de projetos, que enfatiza a aprendizagem colaborativa, a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades cognitivas e sociais de forma integrada. Conforme destacado por Gomes e Costa (2019), a pedagogia de projetos é uma abordagem inclusiva que valoriza a autonomia dos alunos, promovendo a construção de conhecimento a partir de situações reais e significativas.

Outra abordagem relevante é a educação inclusiva baseada em evidências, que se fundamenta em pesquisas científicas sobre práticas pedagógicas eficazes para todos os alunos, independentemente de suas características individuais. Segundo Braga e Souto (2020), a educação inclusiva baseada em evidências busca identificar e disseminar estratégias pedagógicas que tenham comprovação científica de sua eficácia na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos.

Além disso, a abordagem centrada no aluno tem ganhado destaque como uma forma de promover uma educação mais inclusiva, que reconheça e valorize as diferenças individuais dos estudantes. Conforme ressaltado por Gomes e Costa (2019), a abordagem centrada no aluno coloca o estudante no centro do processo educativo, permitindo que ele participe ativamente de sua própria aprendizagem e desenvolva seu potencial máximo.

A pedagogia centrada no aluno e na diversidade é uma abordagem que coloca o estudante no centro do processo educativo, reconhecendo e valorizando suas singularidades e necessidades individuais. Segundo Braga e Souza (2020), a pedagogia centrada no aluno e na diversidade busca promover uma educação mais inclusiva, que respeite e valorize a diversidade presente na sala de aula, adaptando as práticas pedagógicas para atender às necessidades de todos os estudantes.

Nessa abordagem, o papel do professor é o de mediador do processo de aprendizagem, criando oportunidades para que os alunos participem ativamente de sua própria formação e desenvolvam habilidades de autogestão e autonomia. Como destacado por Gomes e Costa (2019), a pedagogia centrada no aluno e na diversidade valoriza a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento, promovendo a autonomia e a responsabilidade pelo próprio aprendizado.

A colaboração e o trabalho em equipe são fundamentais para promover a inclusão educacional e garantir o sucesso de todos os alunos na escola. Conforme ressaltado por Costa e Souto (2021), a colaboração e o trabalho em equipe permitem que os profissionais da educação compartilhem conhecimentos, experiências e recursos, buscando soluções conjuntas para os desafios da inclusão.

Nesse contexto, é importante que os professores, gestores, especialistas e demais profissionais da escola trabalhem de forma integrada e colaborativa, reconhecendo e valorizando as contribuições de cada um para o sucesso educacional dos alunos. Segundo Santos e Oliveira (2020), a colaboração e o trabalho em equipe na promoção da inclusão favorecem a troca de experiências e a construção de

O uso de tecnologias assistivas e recursos adaptados é uma estratégia importante para promover a inclusão de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais. Conforme Oliveira e Silva (2019), as tecnologias assistivas e os recursos adaptados permitem que os alunos participem das atividades educacionais de forma mais autônoma e independente, superando barreiras e ampliando suas oportunidades de aprendizagem.

Nesse sentido, cabe ao professor identificar as necessidades individuais dos alunos e selecionar as tecnologias e recursos mais adequados para apoiar seu processo de aprendizagem. Como destacado por Braga e Souza (2020), o uso de tecnologias assistivas e recursos adaptados na prática pedagógica requer um planejamento cuidadoso e uma abordagem centrada nas necessidades específicas de cada aluno, visando garantir sua plena participação e inclusão na escola.

3 Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar e refletir sobre a formação docente em ambientes inclusivos, buscando compreender as competências necessárias para o desenvolvimento profissional do professor e as práticas

pedagógicas que promovem a inclusão educacional. Ao longo da pesquisa, foram abordados diversos temas relacionados à formação docente, às políticas educacionais, às teorias pedagógicas e às práticas inclusivas, com o intuito de oferecer uma visão abrangente e aprofundada sobre o assunto.

No que diz respeito aos objetivos propostos, foi possível identificar e discutir as principais competências e habilidades do professor inclusivo, destacando a importância do desenvolvimento profissional contínuo e da formação adequada para atuação em ambientes diversificados. Além disso, foram analisadas as políticas públicas e legislação nacional e internacional relacionadas à inclusão educacional, evidenciando avanços e desafios na implementação dessas políticas.

Ao revisar as abordagens pedagógicas inclusivas, foi possível compreender como práticas como a pedagogia centrada no aluno, o trabalho colaborativo e o uso de tecnologias assistivas podem contribuir para uma educação mais equitativa e acessível para todos os alunos. No entanto, também foram identificados limites e desafios, como a necessidade de maior investimento em formação docente e infraestrutura escolar, bem como a superação de barreiras atitudinais e culturais em relação à inclusão.

Diante do exposto, concluímos que o trabalho contribuiu para ampliar o conhecimento sobre a formação docente em ambientes inclusivos, oferecendo subsídios teóricos e práticos para professores, gestores e demais profissionais da educação. No entanto, reconhecemos que ainda há muito a ser feito para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade para todos os alunos.

Sugerimos, portanto, que futuras pesquisas se dediquem a aprofundar questões relacionadas à prática pedagógica inclusiva, à formação inicial e continuada de professores, ao papel das tecnologias na promoção da inclusão e aos desafios enfrentados por alunos com necessidades educacionais especiais. Acreditamos que somente por meio do diálogo, da reflexão e da colaboração entre diferentes atores da comunidade educacional será possível avançar na construção de uma escola mais inclusiva e democrática.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2016.

BRAGA, F. A.; SOUTO, L. M. Abordagens pedagógicas inclusivas: desafios e perspectivas para a prática docente. *Revista Diálogos Acadêmicos*, v. 10, n. 2, p. 157-173, 2020.

BRAGA, F. A.; SOUZA, M. R. Pedagogia centrada no aluno e na diversidade: desafios e perspectivas para a prática docente. *Revista Diálogos Acadêmicos*, v. 10, n. 3, p. 211-226, 2020.

COSTA, P. A.; SOUTO, L. M. Colaboração e trabalho em equipe na promoção da inclusão: uma reflexão sobre a prática escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, n. 3, p. 567-582, 2021.

COSTA, P. A.; SOUTO, L. M. Pedagogia de projetos na educação inclusiva: possibilidades e desafios para a prática docente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, n. 2, p. 331-346, 2021.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; ALMEIDA, Célia Regina Vendramini de. Políticas públicas de educação inclusiva: uma análise do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. *Revista Educação em Questão*, v. 57, n. 54, e020091, 2019.

FREIRE, A. S.; OLIVEIRA, M. C. Abordagens inovadoras para a formação de professores inclusivos. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 4, e146102, 2019.

FREIRE, Adriana da Silva; SILVA, Maria Lúcia da. Formação docente para a inclusão: perspectivas socioculturais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 3, p. 555-572, 2020.

GLAT, Rosana; NEVES, Rosimar Bortolini Poker. Educação especial na perspectiva inclusiva: desafios e perspectivas. Petrópolis: Vozes, 2018.

GOMES, R. C.; COSTA, A. M. Educação inclusiva baseada em evidências: uma abordagem para a promoção da equidade na escola. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 3, p. e147309, 2019.

GOMES, R. C.; COSTA, A. M. Uso de tecnologias assistivas e recursos adaptados na prática pedagógica inclusiva: desafios e possibilidades. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 4, p. e147312, 2019.

LIMA, Roberto Robson Rodrigues; SOUZA, Vanessa Regina de Freitas. Teoria da diversidade na formação docente para a inclusão. *Revista Educação Especial em Revista*, v. 36, n. 1, e231231, 2021.

OLIVEIRA, A. B.; SOUZA, M. R. Competências e habilidades do professor inclusivo: desafios e perspectivas. *Revista Diálogos Acadêmicos*, v. 10, n. 2, p. 141-156, 2020.

OLIVEIRA, Adilson Paulo de; SANTANA, Débora Pessoa de. Políticas públicas e educação inclusiva: desafios e possibilidades à luz do Plano Nacional de Educação. *Revista E-Scientia*, v. 12, n. 1, p. 109-129, 2019.

OLIVEIRA, P. R.; SILVA, J. R. Desenvolvimento de competências sociais e emocionais para o professor inclusivo. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 3, e147308, 2019.

OLIVEIRA, P. R.; SILVA, J. R. Modelos tradicionais de formação docente: desafios e perspectivas para a inclusão educacional. *Revista Educação Especial em Revista*, v. 36, n. 2, e231217, 2020.

OLIVEIRA, V. A.; SOUZA, M. R. Reflexões sobre a construção da identidade profissional do professor inclusivo. *Revista Diálogos Acadêmicos*, v. 10, n. 1, p. 157-173, 2020.

PEREIRA, Maria Fernanda; OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Desafios na implementação das políticas de inclusão educacional no Brasil. *Revista de Educação Inclusiva*, v. 9, n. 1, p. 57-72, 2019.

SANTOS, L. A. et al. Pedagogia da diversidade na formação de professores inclusivos. *Educação em Revista*, v. 36, n. 1, e231269, 2020.

SANTOS, L. A.; LIMA, M. L. Competências pedagógicas do professor inclusivo: desafios e perspectivas para a formação docente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, n. 2, p. 313-329, 2021.

SANTOS, L. A.; OLIVEIRA, E. S. Colaboração e trabalho em equipe na promoção da inclusão educacional: desafios e perspectivas. *Revista Educação Especial em Revista*, v. 36, n. 2, p. e231239, 2020.

SANTOS, P. R.; LIMA, M. L. Reflexões sobre a construção da identidade profissional do professor inclusivo: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, n. 1, p. 51-66, 2021.

SANTOS, P. R.; OLIVEIRA, E. S. Uso de tecnologias digitais na prática pedagógica do professor inclusivo. *Revista Educação Especial em Revista*, v. 36, n. 1, e231226, 2020.

SANTOS, P. R.; OLIVEIRA, E. S. Uso de tecnologias digitais na prática pedagógica do professor inclusivo. *Revista Educação Especial em Revista*, v. 36, n. 1, p. e231226, 2020.

SANTOS, Paulo Sérgio; OLIVEIRA, Edilene Simões de. Teoria da aprendizagem significativa na formação docente para a inclusão. *Revista Diálogos Acadêmicos*, v. 9, n. 2, p. 92-106, 2019.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, A. B. et al. Teorias da formação docente para a inclusão: uma análise a partir da produção acadêmica recente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 3, p. 407-422, 2019.

SILVA, A. B. et al. Teorias da formação docente para a inclusão: uma análise a partir da produção acadêmica recente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 3, p. 407-422, 2019.

SILVA, Ana Beatriz; LIMA, Roberto Robson Rodrigues. Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas. *Educação em Revista*, v. 37, n. 2, e230660, 2021.

SILVA, João Alberto Paixão et al. Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade: avanços e desafios para a inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 3, p. 531-548, 2020.

SOARES, Magda Teixeira. Política de inclusão na educação básica: os desafios da escola comum. *Revista de Educação Inclusiva*, v. 4, n. 2, p. 41-54, 2014.

SOARES, Magda Teixeira. Política de inclusão na educação básica: os desafios da escola comum. *Revista de Educação Inclusiva*, v. 4, n. 2, p. 41-54, 2019.

SOUTO, A. B.; BRAGA, F. A. Abordagem centrada no aluno na promoção da inclusão educacional: reflexões e perspectivas. *Revista Educação Especial em Revista*, v. 36, n. 1, p. e231230, 2020.

SOUZA, Flávia Alves; SANTOS, Maria Rosário de Fátima. Desafios na implementação das políticas de inclusão educacional: uma análise a partir da infraestrutura das escolas públicas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 1, p. 63-78, 2020.

SOUZA, Vanessa Regina de Freitas; FREIRE, Adriana da Silva. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência: formação inicial de professores para a educação inclusiva. *Revista Diálogos Acadêmicos*, v. 9, n. 3, p. 183-196, 2019.

VIEIRA, Carla Regina; MENDONÇA, José Ricardo. Resistência à inclusão educacional: reflexões a partir da perspectiva dos atores escolares. *Educação e Sociedade*, v. 40, n. 148, e02491, 2019.

Capítulo 6
ESTUDOS SOBRE AEDES AEGYPTI EM SÃO
RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS-MA

Cleomária da Silva Sousa
João Batista da Silva Sousa
Jociária da Silva Sousa
Marciária da Silva Sousa

ESTUDOS SOBRE AEDES AEGYPTI EM SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS-MA

Cleomária da Silva Sousa

Especialização em Ensino de Biologia pela Faculdade de Patrocínio- FAP; Especialização em Educação Especial/ Educação Inclusiva pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA; Especialização em Agroecologia e Biodiversidade pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA; Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA.

E-mail: cleommaria@gmail.com

João Batista da Silva Sousa

Acadêmico de Zootecnia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA; Ensino médio técnico em agropecuária pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)- Campus São Raimundo das Mangabeiras. E-mail: joao.sousa123silva@gmail.com

Jociária da Silva Sousa

Especialização em Ensino de Biologia pela Faculdade de Patrocínio- FAP; Especialização em Educação Especial/ Educação Inclusiva pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA; Especialização em Agroecologia e Biodiversidade pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA; Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA.

E-mail: jocysousa0908@gmail.com

Marciária da Silva Sousa

Especialista em Ensino de Biologia pela Faculdade de Patrocínio- FAP; Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA; Graduada em Matemática Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. E-mail: marciaria4@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa realizou-se no município de São Raimundo das Mangabeiras, que faz parte do semiárido nordestino e está localizada no sul do Maranhão. O tema central deste estudo é o *Aedes aegypti*. É uma pesquisa descritiva de caráter quantitativo. Os dados foram coletados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN– NET) contendo banco de dados do setor de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde do município supracitado, no período de janeiro de 2015 a maio de 2017 e, tabulados num banco de dados elaborado pelas pesquisadoras no programa Word 2007. Tais informações foram obtidas por meio de uma ficha padronizada onde são registrados dados do indivíduo infectado pela dengue ou Chikungunya, sintomas da doença, exames laboratoriais e classificação final do caso. Essa ficha é preenchida por profissionais de saúde e depois enviada aos profissionais da vigilância epidemiológica. O estudo foi liberado de apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, visto que foram utilizados exclusivamente dados de acesso público. Dentre os resultados, apresentados através de tabelas, não foi possível notificar em tabela os casos de Chikungunya do ano 2017, pois muitos dos casos ocorridos de janeiro a maio não foram notificados no SINAN–NET. Entretanto os profissionais responsáveis por digitar esses dados mostraram que ao todo havia 696 fichas de casos de Chikungunya, demonstrando que esse total de ocorrências, entre janeiro e maio, ultrapassou o quantitativo da doença nos dois anos anteriores.

Palavras-chave: *Aedes aegypti*. Dengue. Febre Chikungunya.

ABSTRACT

This research was carried out in the municipality of São Raimundo das Mangabeiras, which is part of the northeastern semi-arid region and is located in the south of Maranhão. The central theme of this study is *Aedes aegypti*. It is quantitative descriptive research. The data were collected in the Information System of Notification Diseases (SINAN-NET) containing a database of the Epidemiological Surveillance sector of the Municipal Health Secretary of the municipality mentioned above, from January 2015 to May 2017 and tabulated in a database of data prepared by the researchers in the Word 2007 program. Such information was obtained through a standardized form where data of the individual infected by dengue or chikungunya, symptoms of the disease, laboratory tests and final classification of the case are recorded. This form is completed by health professionals and then sent to epidemiological surveillance professionals. The study was released for consideration by the Research Ethics Committee, since only publicly available data were used. Among the results, presented through tables, it was not possible to notify in the table the chikungunya cases of the year 2017, since many of the cases occurred from January to May were not reported in SINANNET. However, the professionals responsible for typing these data showed that there were 696 Chikungunya case files in all, showing that this total of occurrences between January and May exceeded the amount of the disease in the previous two years.

Keywords: *Aedes aegypti*. Dengue. Chikungunya fever.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como tema Estudos sobre *Aedes aegypti* em São Raimundo das Mangabeiras-MA. Para a realização desses estudos foi imprescindível conhecer as doenças relacionadas ao *Aedes aegypti* e tal conhecimento contribuiu grandemente para que fossem verificadas a ocorrência de casos de dengue e febre Chikungunya entre os anos de 2015 a maio de 2017; e investigados o número de infecções causadas pelo vírus dengue e febre Chikungunya notificados no município de São Raimundo das Mangabeiras, no período de 2015 a maio de 2017.

O interesse pelo tema central do artigo, *Aedes aegypti*, se deve ao fato de que o município apresentou índices relevantes de dengue e febre Chikungunya, as quais estão relacionadas ao mosquito acima referido.

Observa-se que a ocorrência da doença é mais comum nos núcleos urbanos, onde é maior a quantidade de criadouros naturais ou resultantes da ação do ser humano. Entretanto, a doença pode ocorrer em qualquer localidade, desde que haja população humana passível, presença do vetor (o mosquito) e o vírus seja introduzido. Assim, percebe-se um padrão sazonal de incidência coincidente com o verão, devido à maior ocorrência de chuvas e ao aumento da temperatura nessa estação (BRASIL, 2009).

Para Freitas (2003) a preocupação com os efeitos na saúde provocados pelas condições ambientais e/ou urbanas é notória desde a Antiguidade, envolvendo problemas tais como os efeitos do clima no balanço dos humores do corpo, os miasmas, as sujeiras e os odores. Essa preocupação acentuou-se particularmente entre meados do século XVIII e século XIX, quando os problemas ambientais sobre a saúde estiveram associados aos efeitos do rápido e intenso processo de industrialização e urbanização que passaram a incidir nas condições de vida e trabalho.

Viroses associadas ao vetor *Aedes Aegypti* são consideradas maiores problemas da saúde pública que costumam se manifestar geralmente em períodos mais quentes e úmidos, típico dos climas tropicais. Uma das justificativas para a proliferação desse vetor está relacionada a falta de boas condições de saneamento básico.

DESENVOLVIMENTO

Poucas questões de saúde pública no Brasil recebem tanta atenção quanto a dengue. Porém, a doença é um desafio da saúde global: uma virose típica de cidades, principalmente aquelas marcadas por urbanização desorganizada, má gestão do lixo e da distribuição de água. Diferentemente de outras doenças negligenciadas ou “da pobreza”, a dengue é democrática – acomete pessoas com os perfis socioeconômicos mais variados. No entanto, ainda são pouco compreendidas as influências de características sociais, econômicas e políticas, hoje denominadas de “determinantes sociais da saúde”, sobre a distribuição e o impacto da doença (VALLE et al, 2015, p.04).

A transmissão se faz pela picada dos mosquitos *A. aegypti*, no ciclo ser humano – *A. aegypti* – ser humano. Após um repasto de sangue infectado, o mosquito está apto a transmitir o vírus, depois de 8 a 12 dias de incubação extrínseca. A transmissão mecânica também é possível, quando o repasto é interrompido e o mosquito, imediatamente, se alimenta num hospedeiro suscetível próximo. Não há transmissão por contato direto de um doente ou de suas secreções com uma pessoa sadia, nem por intermédio de fontes de água ou alimento (BRASIL, p. 01, 2009).

No Brasil, o clima tropical favorece a proliferação do mosquito e, em consequência, a disseminação do vírus. Embora o ovo de *Aedes aegypti* possa resistir no seco, quando as chuvas de verão chegam, o contato com a água permite que a larva do mosquito ecloda. Bastam sete a dez dias para que um mosquito adulto esteja formado (VALLE et al, 2015, p.04).

“O ciclo de vida completo do vetor é composto pelas fases: aquática (ovos, larvas e pupas) e alada (mosquitos adultos)” (BARSANTE, 2011, p. 2342).

“A transmissão se dá pela picada das fêmeas adultas do vetor da dengue no período de viremia do humano infectado, ou seja, começa um dia antes do aparecimento da febre e vai até o 6º dia da doença” (BARSANTE, 2011, p. 2342).

Exemplos de vetores causadores de doenças que se disseminam principalmente em países tropicais são mosquitos do gênero *Aedes*. A espécie *Aedes aegypti* é a responsável pela transmissão da dengue e também pode ser transmissora da febre amarela urbana. O *Aedes albopictus*, já presente nas Américas, com ampla dispersão em todas as regiões do Brasil, é o vetor transmissor da dengue na Ásia,

mas, até o momento, não foi associado à transmissão da dengue nas Américas (BRASIL, 2009).

Finalmente, é importante ressaltar a necessidade de melhorar o controle vetorial nos municípios infestados com *Aedes aegypti*, já que somente essa espécie no Brasil está, até o momento, associada à transmissão de três arboviroses, dengue, Chikungunya e Zika e, também, o enorme desafio da vigilância epidemiológica em reconhecer precocemente as novas áreas com transmissão para minimizar o impacto dessas doenças na população (VASCONCELOS, 2015, p. 10).

Ressalta-se, primeiro, que a forma de participação da população é definida pelas autoridades sanitárias, ou seja, a população é chamada a colaborar com a ação de inspeção sanitária. As ações domiciliares são realizadas pelos agentes dentro das casas das pessoas (RANGEL, 2008, p. 438).

Políticas públicas mais amplas mostram-se necessárias, como medidas destinadas a reduzir a aglomeração urbana, melhorar as condições de saneamento e evitar enchentes, e que aumentem o escoamento de água em períodos de chuva. Sugere-se, também, que estudos com delineamentos mais robustos sejam realizados para investigar fatores individuais e do ambiente capazes de contribuir para o aumento substancial no número de casos de dengue em alguns locais (BÖHM et al, 2016, p.731).

Assim, é de suma importância que as ações estratégicas de controle da dengue, sejam minuciosamente elaboradas de acordo com a realidade do município ou do grupo de controle, a fim de que sejam eficazes na diminuição dos casos da doença (ALECRIM et al, 2017, p.289).

A reemergência da dengue tem sido observada no país desde meados da década de 1980, enquanto a emergência de Chikungunya e do vírus Zika foi mais recente, tendo sido confirmada autoctonia, respectivamente nos anos de 2014 e 2015 (MALTA et al, 2017, p. 10).

De acordo com (Pancetti et al, 2015) observou-se que a maioria dos registros de *A. albopictus* nos estados brasileiros ocorreu durante a vigilância entomológica, reforçando que é fundamental manter ações entomológicas e epidemiológicas a fim de minimizar futuros arbovírus e surtos.

Atualmente as três arboviroses de maior importância para a saúde pública são a dengue (DEN), Chikungunya (CHIK) e Zika vírus (ZIKA), sendo estas capazes de serem transmitidas pelos mesmos insetos vetores, o *Aedes aegypti* e o *A. albopictus*.

No Brasil, têm sido notificadas diversas epidemias, principalmente de DEN, há vários anos, e mais recentemente de CHIK e ZIKA, e as mesmas demonstram a presença desses vetores em diferentes regiões do país, mostrando o seu grande potencial de adaptação e dispersão (MANIERO et al, 2016, p.118).

Na atualidade, três vírus estão circulando simultaneamente no Brasil- dengue Chikungunya e Zika - e estão colocando a saúde pública em alerta. Sendo que destas, a dengue já é considerada a principal doença reemergente nos países tropicais e subtropicais (CARVALHO; SOUZA, 2017, p.04).

A notificação dos casos suspeitos e confirmados se constitui em uma excelente ferramenta para o planejamento das ações de saúde, devendo o município investir fortemente em ações educativas de prevenção, para minimizar o problema (CASTRO; NUNES, 2017, p.142).

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um estudo epidemiológico sobre os casos de dengue e Chikungunya no município de São Raimundo das Mangabeiras, referente ao período janeiro de 2015 a maio de 2017, utilizando dados da Secretaria Municipal de Saúde do município em estudo.

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois, de acordo com Vieira (2002):

“A pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou de determinado fenômeno, mas não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”.

É uma pesquisa de caráter quantitativo, que permite a realização de projeções para a população representada. Elas testam, de forma precisa, as hipóteses levantadas para a pesquisa e fornecem taxas que podem ser comparadas com outras (MINAYO, 1994, p.21).

A coleta de dados ocorreu através de contato com os profissionais da Secretaria de Saúde do município, que disponibilizaram o Relatório de Consulta, contendo o nome dos pacientes diagnosticados com dengue e febre Chikungunya, bem como as idades e a data de notificação da doença.

A partir dos dados fornecidos tem-se como resultado uma tabela com o número de notificações dos casos de dengue e Chikungunya, desde o início do ano de 2015

a maio de 2017. Dispensou-se a análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que se utilizou exclusivamente dados agregados de acesso público.

Elaborou-se um termo de consentimento livre e esclarecido com informações sobre a pesquisa e um termo de participação para que o profissional contribuinte estivesse ciente do conteúdo deste trabalho, concordando em colaborar com a pesquisa mediante o repasse de informações referentes ao *Aedes aegypti*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os casos de notificação de dengue e Chikungunya de todo o município são registrados através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN-NET). Para melhor entendimento dos resultados de casos de dengue Chikungunya, elaborou-se uma tabela para cada tipo de caso: dengue ou Chikungunya.

Foram analisadas as ocorrências dos anos 2015, 2016 e janeiro a maio de 2017. Na tabela constam a faixa etária e sexo de cada indivíduo infectado, onde foram quantificados os casos de acordo com essas variáveis.

Percebeu-se que os meses que apresentaram maiores quantidades de viroses relacionadas ao *Aedes aegypti* foram em janeiro, fevereiro, março e abril. No entanto, no ano de 2016 os casos de dengue e de Chikungunya em 2017 aumentaram vertiginosamente.

Pelo fato de ainda não terem sido digitados todos os casos de Chikungunya em 2017 no SINAN-NET, optou-se por apenas informar a quantidade de casos de acordo com informações repassadas por profissionais da Vigilância Epidemiológica, os quais afirmaram que só de janeiro a maio de 2017 foram contabilizadas 696 ocorrências de Chikungunya.

Tabela 1- Casos de dengue 2015.

DENGUE 2015			
Faixa Etária	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
0-10	1	0	1
11-20	5	0	5
21-30	2	2	4
31-40	1	1	2
41-50	2	1	3
51-60	0	1	1
61 ou mais	0	0	0
	11	5	16

Fonte: Dos autores (2017)

Observa-se que no ano de 2015 os casos diagnosticados foram apenas de dengue, onde a faixa etária masculina mais acometida foram pessoas entre 11 a 20 anos. Enquanto que a faixa etária feminina mais infectada foram pessoas entre 21 a 30 anos. No geral, os homens foram os que mais tiveram casos de dengue relatados.

Os municípios vêm sofrendo com sucessivas epidemias, devido ao caráter endêmico da doença, que ressurgiu em ciclos sazonais, sendo necessário que se compreenda sua dinâmica em cada localidade, a fim de se implementar ações interventivas para a redução da cadeia de transmissão e melhoria do tratamento clínico da doença, evitando, com isso, a ocorrência de mortes (CASTRO; NUNES, 2017, p. 134).

Tabela 2- Casos de dengue 2016.

DENGUE 2016			
Faixa Etária	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
0-10	9	9	18
11-20	5	15	20
21-30	8	22	30
31-40	8	9	17
41-50	7	14	21
51-60	6	9	15
61 ou mais	0	6	6
	43	84	127

Fonte: Dos autores (2017)

No ano de 2016, além de casos de dengue foram relatados também os primeiros casos de Chikungunya no município. Verificou-se que houve um aumento expressivo, com relação aos casos de dengue, quando comparados ao ano anterior. As mulheres foram as mais afetadas, principalmente aquelas com idades entre 21 a 30 anos, enquanto os homens mais acometidos apresentaram idades de 0 a 10 anos.

Tabela 3- Casos de Chikungunya 2016.

CHIKUNGUNYA 2016			
Faixa Etária	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
0-10	7	8	15
11-20	11	19	30
21-30	5	22	27
31-40	3	13	16
41-50	8	11	19
51-60	4	17	21
61 ou mais	10	14	24
	48	104	152

Fonte: Dos autores (2017)

Os primeiros casos de Chikungunya no município de São Raimundo das Mangabeiras-MA foram mais predominantes que os casos de dengue. Durante o ano de 2016, foram notificados um total de 152 casos. Desse total, a faixa etária masculina infectada foi entre 11 a 20 anos, enquanto a faixa etária feminina infectada foi de 21 a 30 anos.

É importante considerar que as mudanças demográficas e a adoção de comportamentos não saudáveis e que afetam o meio ambiente, como o consumismo, descarte inadequado do lixo, o descuido com o acúmulo de água em vasos de plantas e o depósito de ferro velhos descobertos, bem como a redução de recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento de políticas públicas de educação e saneamento contribuem para este contexto epidemiológico (MARTINS; DIONOR; CONRADO; NUNES-NETO, 2016, p. 3850).

Tabela 4- Casos de dengue 2017.

DENGUE 2017			
Faixa Etária	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
0-10	9	5	14
11-20	8	4	12
21-30	9	11	20
31-40	3	5	8
41-50	4	9	13
51-60	1	7	8
61 ou mais	2	2	4
	36	43	79

Fonte: Dos autores (2017)

Diferentemente dos anos anteriores supracitados, os estudos de casos de doenças relacionadas ao *Aedes aegypti* foram realizados de janeiro a abril, o que significa que nem todos os casos foram notificados no SINAN-NET. Além disso, houve um aumento alarmante da quantidade de casos de Chikungunya e a preocupação em realizar campanhas de combate ao mosquito *Aedes aegypti*.

[...] o mosquito *Aedes aegypti*, responsável também pela transmissão da dengue e da febre Chikungunya, se tornou, então, “o grande vilão” da saúde pública. Devido a isto, uma inquietação com estas doenças foi instaurada nos serviços de saúde, principalmente pelo aumento do número de notificações, tomando grandes proporções no que tange à preocupação de toda a sociedade. Uma mobilização para o combate aos vírus da Zika, da Dengue e da febre Chikungunya tomou conta de toda a população e o contexto escolar não se eximiu de sua responsabilidade (MARTINS; DIONOR; CONRADO; NUNES-NETO, 2016, p. 3845).

Segundo informações dos profissionais de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde do município, a quantidade de casos de Chikungunya a serem digitadas no programa SINAN-NET totalizam 696 casos. Esse número é assustador, uma vez que somente de janeiro a abril o total de casos já ultrapassa o valor apresentado durante todo o ano de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a elaboração de políticas públicas de saúde para combater doenças depende das informações contidas em ferramentas como Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN–NET) e em fichas preenchidas por profissionais da saúde, pois servem como base de estudo na identificação de problemas e para a realização de ações de prevenção e promoção da saúde.

Alguns fatores, importantes para esta pesquisa, não puderam ser observados no preenchimento dos dados das fichas em relação as variáveis escolaridade, raça/cor, endereço não possibilitando a aquisição de informações complementares acerca do tema em estudo.

Os resultados deste artigo favorecem o entendimento da dinâmica do *Aedes aegypti* no município, proporcionando uma visão ampla do número de casos de dengue e Chikungunya em homens e mulheres de diferentes faixas etárias.

A ocorrência de doenças associadas ao vetor aponta tendência de aumento o que sugere o controle da doença, através de ações das políticas públicas, participação da comunidade e dos profissionais de saúde além de outros setores dos governos e da sociedade.

Sugere-se a investigação de ocorrências de doenças associadas ao mosquito *Aedes aegypti* a fim de investigar os possíveis fatores, conhecidos ou não, que corroboram para a disseminação de doenças e o surgimento de outras doenças relacionadas ao vetor, como fatores ambientais e sociais, por exemplo.

Uma das ações realizadas por agentes comunitários de saúde, agentes de combates a endemias e outros profissionais da saúde e educação foi trabalhar o tema do *Aedes aegypti* dentro das escolas, além da realização de mutirões na zona urbana e rural.

Portanto, esse tema merece ser estudado de forma minuciosa e investigativa a fim de proporcionar melhorias na qualidade de vida dos munícipes e contribuir com a

comunidade científica, mediante a apresentação de resultados coerentes com a realidade local.

REFERÊNCIAS

ALECRIM, Jackeline Souza; COTTA, Adriana; CASTRO, Josiane Márcia. Relação entre as Ações de Prevenção da Dengue e o Impacto Causado sobre os Casos Notificados no Município de Ipatinga entre os anos de 2009 e 2010. **Journal of Health Sciences**, v. 18, n. 4, p. 286-290, 2017.

BARSANTE, L. S.; CARDOSO, R. T. N.; ACEBAL, J. L. Otimização multiobjetivo no controle de gastos com inseticidas e machos estéreis no combate da dengue. In: **Proceeding of the XLIII Brazilian Symposium of Operational Research**, Ubatuba, Brazil. 2011.

BÖHM, Andrea Wendt et al. Tendência da incidência de dengue no Brasil, 2002-2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 25, n. 4, p. 725-733, 2016.

BRAGA, Ima Aparecida. VALLEI, Denise. Aedes Aegypti: histórico do controle no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v.16, n.2, p. 113-118, abr./jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Guia de vigilância epidemiológica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 7. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 816 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

CARVALHO, Clarissa Duarte Sales; SOUZA, Zaqueu Henrique de. REFLEXÃO ACERCA DA INCIDÊNCIA DOS CASOS DE DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZICA NO BRASIL. **Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar**, v. 1, n. 1, 2017.

CASTRO, Luzia Pereira da Rocha; NUNES, Clara Reis. INCIDÊNCIA DA DENGUE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO-ES. **Múltiplos Acessos-Revista Científica Interdisciplinar**, v. 1, n. 1, 2017.

MALTA, Juliane Maria Alves Siqueira et al. Guillain-Barré syndrome and other neurological manifestations possibly related to Zika virus infection in municipalities 12 from Bahia, Brazil, 2015. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 26, n. 1, p. 9-18, 2017.

MANIERO, Viviane C. et al. Dengue, chikungunya e zika vírus no brasil: situação epidemiológica, aspectos clínicos e medidas preventivas. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, v. 1, n. 1, 2016.

MARTINS, Liziane; DIONOR, Grégory Alves; CONRADO, Dália Melissa; NUNES-NETO, Nei de Freitas. Dengue, ZIKA e Febre Chikungunya: A abordagem

socioecológica de saúde a partir de uma questão sociocientífica. In: **VI ENEBIO - Encontro Nacional de Ensino de Biologia**, 2016, Maringá. VIII EREBIOSUL. SBEnBio, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

PANCETTI, Filipe Gabriel Menezes et al. Twenty-eight years of *Aedes albopictus* in Brazil: a rationale to maintain active entomological and epidemiological surveillance. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 48, n. 1, p. 87-89, 2015.

RANGEL-S, Maria Ligia. Dengue: educação, comunicação e mobilização na perspectiva do controle-proposta inovadora. Interface-Comunicação, **Saúde, Educação**, v. 12, n. 25, p. 433-441, 2008.

VALLE, Denise; AGUIAR, Raquel; PIMENTA, Denise. Lançando luz sobre a dengue. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 67, n. 3, p. 4-5, 2015.

VASCONCELOS, Pedro Fernando da Costa. Doença pelo vírus Zika: um novo problema emergente nas Américas. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, Ananindeua, v. 6, n. 2, p. 9- 10, 2015.

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.1, p.61-70, jan./abr. 2002.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(A ser lido, caso necessário)

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar contribuir com este estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é das pesquisadoras responsáveis.

Em caso de recusa, de forma alguma, você será penalizado (a).

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

TÍTULO DO ARTIGO: “Estudos sobre *Aedes aegypti* em São Raimundo das Mangabeiras- MA”.

Esta pesquisa tem como objetivo principal conhecer as doenças relacionadas ao *Aedes aegypti* e tal conhecimento contribuiu grandemente para verificar a

ocorrência de casos de dengue e febre Chikungunya entre os anos de 2015 a maio de 2017; e investigar o número de infecções causadas pelos vírus dengue e febre Chikungunya notificados no município de São Raimundo das Mangabeiras, no período janeiro de 2015 a maio de 2017.

Confirmamos a veracidade do artigo e o seu reconhecimento diante da comunidade científica para a área da Educação. Afirmamos que os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins de pesquisa. Os dados pessoais ou quaisquer informações que identifique os usuários de serviços de saúde serão apenas quantificados. Será destacado nominalmente neste trabalho o nome do município.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO

Eu,

_____ ,
abaixo assinado, concordo com as condições deste artigo “Estudos sobre Aedes aegypti em São Raimundo das Mangabeiras- MA.”, como contribuinte. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelos pesquisadores: Cleomária da Silva Sousa, João Batista da Silva Sousa, Jociária da Silva Sousa e Marciária da Silva Sousa sobre a pesquisa. Os procedimentos nela envolvidos, assim como a ciência que não há riscos nem benefícios decorrentes da minha participação, mediante o repasse de informações oriundas da Vigilância Epidemiológica.

Local e data _____, ____/____/____

Nome:

Cargo:

uniatual
EDITORA

ISBN 978-658601368-9



9 786586 013689